



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ



RELATÓRIO FINAL

GRUPO DE TRABALHO DO AÇAÍ NO PARÁ

2025

Foto: Canva/Creative Commons



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Presidente da Assembleia Legislativa do Pará



Chicão (MDB)

Presidente da CDHDC



Carlos Bordalo (PT)

Vice-Presidente



Paula Titan (MDB)

Membros Titulares



Eiel Faustino
(União Brasil)



Erick Monteiro
(PSDB)



Livia Duarte
(PSOL)



Martinho Carmona
(MDB)



Rogério Barra
(PL)

Suplentes



Andréia Xarão
(MDB)



Ângelo Ferrari
(MDB)



Aveilton
(PSD)



Diana Belo
(MDB)



Dirceu Ten Caten
(PT)



Fábio Figueiras
(PSD)



Thiago Araújo (REP)



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

COORDENAÇÃO DOS EIXOS

EIXO 1: DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ-COORDENADORES

Nathiel Sarges Moraes (Coordenador) - Instituto Açaí É Nossa (IAN)

Geraldo Tavares (Suplente)- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca- SEDAP

Lorraine Coelho (Vice-Coordenadora)- Clinica de Combate ao Trabalho Escravo-UFPA

Verena Arruda (Suplente)- Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos- SEIRDH

EIXO 2: DESAFIOS NA COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ-COORDENADORES

Paulo da Costa Tenório (Coordenador) - Instituto Açaí é Nossa

Pilar Maria de Oliveira Moraes (Suplente)- Conselho Regional de Nutrição da 7º Região

Waldiney Ribeiro (Vice-Coordenador)-Associação da Cadeia Produtiva de Belém-ACEBAP

Jhoy Gerald Silva (Suplente)- Associação dos Vendedores Artesanais de Açaí de Belém-AVABEL

Luís Seabra (Secretário)-Associação de Cadeia Produtiva do Açaí de Belém-ACEBAP

Produção do Relatório Final

Shirle Rosângela Meira de Miranda

Yasmin Siqueira Martins

Everson Luis Moraes da Costa-DIEESE

Helen Mendes Barbosa

Revisão e Edição

Shirle Rosângela Meira de Miranda

Yasmin Siqueira Martins

Lilian Cristina Holanda Campelo

Diagramação

Thais Caroline de Almeida Peniche

aponte a câmera do celular



Acesse o QRCode para a versão digital deste documento.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ

Jamir Junior Paraguassu Macedo
Maria José Lena Trindade Correa

ASSOCIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ DE BELÉM - ACEPAB

Waldiney Ribeiro
Luiz Nunes Seabra

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SANTA MARIA DE ITANCOÃ MIRI (ACARÁ)

Marcos da Conceição Silva
Joelson Conceição da Cunha

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BENEVIDES E REGIÃO - APAF

José Elias de Sousa Leite
Antônio Erineu Alves da Silva

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE AÇAÍ DE BARCARENA - ASPRAB

Aloísio Gouvea da Silva
Carlos Alberto da Silva Dantas

ASSOCIAÇÃO DOS BATEDORES E VENDEDORES DE AÇAÍ DE PARAUAPEBAS - ABAP

Werbet Santana de Barros
Wellington Almeida Silva

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SANTA MARIA DO PARÁ E ADJACÊNCIAS

Fábio Freire Pinto
Edinelson Oliveira dos Santos

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇAÍ DA AMAZÔNIA - AMAÇAÍ

Gustavo Resque
Nazareno Alves

ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES ARTESANAIS DE AÇAÍ DE BELÉM - AVABEL

Carlos Noronha
Jhoy Gerald Rochinha Jr

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA E EXTRATIVISTA DA COMUNIDADE DA VILA DE JOANA PERES

Elias Gomes
Vera Lúcia de Freitas

AÇÃO CIDADANIA - COMITÊ PARÁ

José Maria Lopes Oeiras
José Ribamar Ribeiro Fróz

CLÍNICA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO DA UFPA - CCTE

Lorraine Ferreira Coelho
Ana Luiza de Oliveira Pereira

CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 7ª REGIÃO

Rahilda Conceição Ferreira Brito Tuma
Pilar Maria de Oliveira Moraes

COOPERATIVA - CENTRAL AÇAÍ DA AMAZÔNIA (ABAETETUBA)

Pedro Paulo Siqueira Furtado
Cleidiane Siqueira Caldas

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FRUTOS DA AMAZÔNIA - COAFRA

Edivam da Silva Amorim
Joel Linhares Cavalcante

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BELÉM - DEVISA - CASA DO AÇAÍ

Débora Barros
Charles Rodrigues



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE

Everson Luis Moraes Costa
Fabrício Lopes da Silva

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

Laura Figueiredo Abreu
Jair Carvalho dos Santos
Ana Vânia Carvalho (suplente)

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

Kleber Farias Perotes
Cícero Batista Sobrinho

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO PARÁ-FECAF

Cesar Marinho
Mairna Dias

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES-FETAGRI

João Costa Barros
José de Vasconcelos Cunha

FUNDAÇÃO GUAMÁ - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Danilo Lanoa Cosenza
Prof. Dr. Hervé Louis Ghislain Rogez

FÓRUM PARAENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Rosa Maria Alexandre da Silva

GABINETE DEPUTADO ERICK MONTEIRO

Danilo Wendel Cordeiro Vieira
Wanderson Esteves Carvalho

GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM

Laudevaldo Pantoja Nascimento
José Roberto Avelar Silva

INSTITUTO AÇAÍ É NOSSO - IAN

Paulo da Costa Tenório
Nathiel Sarges Moraes

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA AMAZÔNIA - IDESAM/LUPA

Luiz dos Santos Tenório
Edneusa Rodrigues Silva

INSTITUTO VER-O-PESO

Mário Alfredo Lima Pereira
Vanzeler de Miranda

MALUNGU

Hilário Moraes

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO ASSENTAMENTO PROJETO CALMARIA II (MOJU)

Maria de Nazaré Ramos Moraes
Augusto Emídio Farias

MUSEU DO AÇAÍ - MAÇAÍ

Ligia Terezinha Lopes Simonian

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Edinaldo Neves Silva
Ademir Mendes Vinagre

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA

Solange Santos Araujo da Silva Vilaça
Wanderson Gonçalves e Gonçalves



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA DE MARITUBA

Amanda Silva da Paixão

Ana Beatriz Ferreira Ribeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ MIRI - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PESCA

Ismael Fonseca Araújo

Josimar Ferreira Miranda

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER PARÁ

Wellington Tadeu Ramos de Melo

Kanbelly Izabella da Silva Athaide

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP BELÉM - DIRETORIA DE FEIRAS E MERCADOS

Geraldo dos Santos Tavares

Marivaldo de Almeida Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Francisco Carlos Almeida de Souza

Alan Brasil Ponciano de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ - SECRETARIA DE AGRICULTURA DE CAMETÁ

Kelly de Jesus de Souza Gomes

Lourival do Socorro Martins

SECRETARIA DE IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEIRDH

Verena Fadul dos Santos Arruda

Paulo Victor Neri Cardeal

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA - DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (DVS)

Dorilea de Sena Pantoja Sales

Cleyton Anderson Siqueira Mota

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDCON

Wellington Martins Paes

Júlio Sérgio Branches Brito

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE

Rafael Luiz Santana de Vasconcelos

Igo Silva Sousa

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FRUTAS E DERIVADOS DO ESTADO DO PARÁ - SINDFRUTAS

Denise Martins Acosta

Bony Monteiro

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAETETUBA

Elias Kempner

Érica Fagundes da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR - SEAF

José Cristiano Martins Nunes



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	10
Crise do Açaí e os desafios na produção e comercialização do "Ouro Negro" da Amazônia	
2. INTRODUÇÃO	19
Da riqueza da Floresta Amazônica para o mercado mundial – o açaí em evidência	
3. SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONSUMO DO AÇAÍ NA AMAZÔNIA	24
4. DESAFIOS EMERGENTES	26
4.1 o mercado do Açaí e suas flutuações de preços	29
5. VOZES DA AMAZÔNIA	33
5.1 Pesquisa online: Principais desafios e demandas da cadeia produtiva do Açaí	36
5.2 debate público: Desafios e necessidades da produção de açaí no Pará (presencial)	47
5.3 Festival do Açaí: Escuta Presencial E Conexão direta com a cadeia produtiva	54

EIXO 1- RECOMENDAÇÕES CONSOLIDADAS PARA A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ	
6. CONTEXTUALIZAÇÃO	
6.1 Bloco temático I: Segurança no campo, ações de pirataria e crime organizado	62
6.2 Bloco temático II: Capacitação técnica e escolas agrícolas	63
6.3 Bloco temático III: Acesso a recursos e financiamentos	64
6.4 Bloco temático IV: Verticalização e Novos Produtos	66
6.5 Bloco temático V: Selo Roxo do açaí do Pará	69
6.6 Bloco Temático VI: Certificação Orgânica	71
6.7 Bloco temático VII: Criação Fundo Açaí	73
6.8 Bloco temático VIII: Outorga da Água	75
6.9 Bloco temático IX: Exploração do Trabalho infantil na cadeia produtiva	76
EIXO 2-RECOMENDAÇÕES CONSOLIDADAS PARA A CADEIA COMERCIAL DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ	78
7. CONTEXTUALIZANDO	80
7.1 Bloco temático I: Comercialização e Preço	84
	85

7.2 Bloco temático II: Organização dos Batedores e Comerciantes	87
7.3 Bloco temático III: Infraestrutura e Logística da Comercialização	89
7.4 Bloco temático IV: Qualidade, Rastreabilidade e Mercado	90
7.5 Bloco temático V: Políticas Públicas de Apoio à Comercialização	91
EIXO 3 - TEMAS TRANSVERSAIS	94
8. CONTEXTUALIZAÇÃO	95
8.1 Nutrição e Segurança Alimentar no Consumo do Açaí	97
8.2 Estruturação de órgão ESTADUAL	98
8.3 Museu do Açaí	99
8.4 Conclusão e Análise Crítica	100
9. RECOMENDAÇÕES	104
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
11. REFERÊNCIAS	111
12. ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	114
ANEXOS	

1. APRESENTAÇÃO

CRISE DO AÇAÍ E OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO "OURO NEGRO" DA AMAZÔNIA

A crescente demanda global por açaí, aliado a fatores internos e ambientais, tem gerado uma persistente crise de abastecimento no mercado, tanto interno quanto externo, com reflexos mais agudos no Pará, o maior produtor nacional. O fenômeno da entressafra é o principal catalisador dessa escassez, levando a aumentos abusivos nos preços e dificuldades de acesso ao fruto. Essa situação também é agravada por uma série de fatores interconectados, como os impactos das Mudanças Climáticas, a desorganização da cadeia produtiva e logística, conflitos entre exportação e consumo Interno e não menos importante a propria sustentabilidade e manejo do fruto.

Este cenário tem gerado crise no abastecimento de açaí, como resposta a Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Defesa das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e das Minorias (CDHDC) da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) instituiu o Grupo Temporário de Trabalho (GT) para a Crise do Abastecimento de Açaí no Estado do Pará. O GT, foi criado pela Portaria nº 01/2025-CDHDC-ALEPA de 27 de março de 2025 para discutir e propor soluções para o problema.

Figura 1 - Instalação do Grupo de Trabalho para tratar sobre a Crise na Cadeia Produtiva do Açaí, no Pará



Foto: Celso Lobo (AID/ALEPA)

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) desempenha um papel central, não apenas acompanhando e orientando os trabalhos do GT, mas também assegurando que as soluções propostas considerem os direitos humanos e as necessidades das populações mais vulneráveis, especialmente as comunidades ribeirinhas e produtores familiares. A crise de abastecimento de açaí exige uma abordagem que vá além da análise econômica e técnica, incorporando questões sociais, de justiça e de equidade, pilares fundamentais da CDH.

O compromisso da comissão com a justiça social e o desenvolvimento sustentável garante que as propostas do GT busquem a inclusão e a melhoria das condições. É essencial que as soluções integrem práticas sustentáveis, justas e que não prejudiquem o meio ambiente, assegurando a continuidade da produção de açaí de maneira equilibrada e responsável.

Composto por 38 instituições, abrangendo uma diversidade de setores envolvidos na cadeia produtiva do açaí, incluindo representantes do poder público, empresas, produtores, entidades de classe e membros da sociedade civil organizada, o GT do Açaí visa identificar alternativas sustentáveis e viáveis para a produção e comercialização, buscando garantir o equilíbrio da cadeia produtiva e o acesso ao produto essencial para a população paraense. Para isso, é fundamental promover mudanças técnicas, econômicas e ambientais que viabilizem o desenvolvimento contínuo e sustentável da produção de açaí no Estado.

Nesse contexto, a bioeconomia surge como uma abordagem estratégica para agregar valor à cadeia do açaí, indo além da simples produção da polpa e explorando subprodutos como sementes, fibras e resíduos para a geração de energia, produção de insumos farmacêuticos e cosméticos, além de novos alimentos funcionais. A bioeconomia promove a diversificação da economia local, reduz a dependência de produtos importados e fortalece o papel das comunidades tradicionais na inovação sustentável, articulando saberes tradicionais e tecnologia moderna.

Outro ponto essencial é a relação direta entre a cadeia do açaí e a transição climática. O manejo sustentável das áreas de produção e a restauração de ecossistemas degradados podem transformar o cultivo do açaí em um aliado na mitigação das mudanças climáticas, por meio do sequestro de carbono e da preservação da biodiversidade. Investimentos em tecnologias limpas, energia renovável e práticas agroflorestais fortalecem a resiliência da cadeia produtiva frente a eventos climáticos extremos, assegurando renda e segurança alimentar para as comunidades produtoras.

Para dar conta desses grandes desafios, a coordenação geral do Grupo de Trabalho do Açaí (GT), elaborou um plano de ação estruturado em dois eixos principais e um eixo transversal, que possuem relação direta entre si e se conectam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).¹

a) Eixo 1: Desafios na Produção de Açaí no Estado do Pará. Este eixo trouxe como objetivo analisar os principais desafios enfrentados na produção de açaí no Estado do Pará, com ênfase nas questões técnicas, econômicas, ambientais e sociais que afetam a cadeia produtiva. Considera-se ainda os impactos da segurança alimentar, da crise climática e das discussões globais sobre o tema na COP 30, bem como a importância da proteção dos territórios onde o açaí é produzido.

b) Eixo 2: Desafios na Comercialização do Açaí no Estado do Pará. Este eixo buscou analisar os desafios enfrentados na comercialização do açaí no Estado do Pará, com foco nas dificuldades estruturais e econômicas que afetam a distribuição e o acesso ao produto. Compreendendo ainda como a crise de abastecimento impacta a comercialização, desde a negociação com os intermediários até o preço final para o consumidor, e como esses desafios se conectam com questões de segurança alimentar e nutricional (SAN), crise climática e os compromissos assumidos na COP 30.

1. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs?utm_source

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ofereceram um referencial estratégico essencial para o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho do Açaí (GT), orientando ações que buscam promover desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental na cadeia produtiva do fruto. A integração com os ODS reforça a importância de políticas públicas que contemplam a valorização do trabalho dos extrativistas e batedores artesanais, a promoção da segurança alimentar, a preservação dos ecossistemas amazônicos e a equidade de gênero, entre outros aspectos fundamentais para a região.

Alinhar o planejamento e as recomendações do GT aos ODS permite que as soluções propostas sejam mais completas, integradas e duradouras, conectando os desafios locais a compromissos globais de desenvolvimento sustentável. Essa articulação contribui não apenas para fortalecer a cadeia produtiva do açaí, mas também para garantir que os benefícios econômicos, sociais e ambientais sejam distribuídos de forma justa, promovendo maior resiliência, inclusão e sustentabilidade para todas as comunidades envolvidas.

Dessa forma, a referência aos ODS orienta a priorização de ações e metas, garantindo que as medidas implementadas tenham impacto real e mensurável, e fortalecendo a visão de que o desenvolvimento da cadeia do açaí pode ser sustentável, equitativo e integrado ao contexto global de desenvolvimento especialmente aqueles ligados à segurança alimentar e SAN, trabalho decente, produção e consumo responsáveis, mudanças climáticas e redução das desigualdades.

Em conclusão, os dois eixos principais evidenciam que os desafios da produção e da comercialização do açaí são interdependentes, e sua superação requer soluções integradas que fortaleçam a cadeia produtiva, promovam formalização, sustentabilidade e inclusão social, e alinhem as ações locais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A implementação das medidas propostas pelo GT contribui diretamente para:

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



ODS 1 – Erradicação da Pobreza

Apoio a extrativistas, batedores e agricultores familiares visando gerar renda e reduzir a vulnerabilidade econômica dessas populações.

2 FOME ZERO



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

Fortalecimento da agricultura familiar e do extrativismo com práticas sustentáveis com geração de renda e estímulo à produção de alimentos saudáveis e acessíveis.

3 BOA SAÚDE
E BEM-ESTAR



ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Promoção do bem-estar de extrativistas, batedores e agricultores por meio da inclusão produtiva e a redução de vulnerabilidades sociais com geração de renda e melhoria das condições de vida.

5 IGUALDADE
DE GÊNERO



ODS 5 – Igualdade de Gênero

Envolvimento de mulheres nas atividades produtivas e nas decisões do grupo de trabalho, reforçado pela presença da SEIRDH.

8 EMPREGO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Valorização do trabalho extrativista, incentivo à formalização e certificações que garantam condições dignas de produção.

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



ODS 10 – Redução das Desigualdades

Inclusão de povos e comunidades tradicionais por meio de políticas públicas e reconhecimento de seus territórios.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

12 CONSUMO
E PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Criação do Selo Roxo, que incentiva rastreabilidade, sustentabilidade e segurança na cadeia do açaí.

13 COMBATE ÀS
ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS



ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis e preservação de sistemas extrativistas que mantêm a floresta em pé.

15 VIDA SOBRE
A TERRA



ODS 15 – Vida Terrestre

Fomento ao manejo sustentável do açaí e à proteção dos ecossistemas amazônicos.

17 PARCERIAS
EMPROL
DAS METAS



ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

O plano envolve cooperação entre diversos setores, como: órgãos públicos, universidades, associações, centros de pesquisa, institutos, núcleos, federações, indústria e comunidades locais/tradicionais.

Fonte: Ícones oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ONU

A metodologia de trabalho do GT envolveu a atuação de duas Comissões Técnicas e uma Coordenação Geral. As comissões técnicas foram compostas por representantes das instituições que integraram o Grupo com seus respectivos coordenadores, apresentação de seus próprios planos de trabalho alinhados ao cronograma geral do GT. Reuniões quinzenais com a Coordenação Geral foram realizadas para acompanhar o progresso, presenciais e virtuais. A Coordenação Geral foi composta por servidores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE, da ALEPA, por meio de assessores do gabinete do Deputado Bordalo e da CDHDC, a mesma foi responsável por acompanhar as comissões, compilar informações e elaborar o Relatório Final.

Figura 2 - Deputado Bordalo explana sobre o PL N°169/2024 , o projeto foi aprovado pelo parlamento



Foto: Ascom Bordalo

Assim, neste relatório, apresentamos resultados de pesquisas e discussões sobre questões emergenciais e os desafios identificados na cadeia do açaí, acompanhadas de um conjunto de recomendações voltadas à melhoria da produção e da comercialização do fruto no Estado do Pará. Entre elas, cito a proposta de criação da **LEI N° 11.140, DE 3 DE SETEMBRO DE 2025** que dispõe sobre a caracterização do batedor(a) artesanal de açaí e as formas de congelamento e armazenamento da polpa do fruto para a comercialização no Estado do Pará, alterando assim a Lei Estadual nº 7.565, de 25 de outubro de 2011. Essa foi a primeira recomendação do GT do Açaí, a ser encaminhada e, sem dúvida, uma das mais importantes. O texto nasceu de um amplo processo de escuta e construção coletiva, que envolveu os debates realizados no âmbito do GT, conversas com produtores, comerciantes, batedores artesanais, órgãos técnicos e parlamentares, além do diálogo institucional com a Procuradoria Geral do Estado (PGE). A lei representa um avanço histórico ao:

- Reconhecer legalmente a figura do batedor artesanal;
- Estabelecer normas sanitárias rigorosas para congelamento e armazenamento, assegurando qualidade e segurança alimentar;

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

- Criar um estoque regulador de polpa de açaí para estabilizar a oferta e os preços na entressafra;
- Promover a **inclusão socioeconômica** de milhares de trabalhadores invisibilizados nas políticas públicas, mas essenciais para a cultura e a economia do açaí no Pará.

Figura 3 - Mobilização de batedores artesanais de açaí no dia da votação do PL N° 169/2024



Foto: Thais Peniche-Ascom Bordalo



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Ao ser a primeira recomendação efetivada, essa lei inaugura um novo ciclo de políticas públicas para a cadeia do açaí, equilibrando mercado, protegendo pequenos produtores e garantindo o acesso da população a um alimento que é símbolo da identidade amazônica. Seguindo a agenda de fortalecimento da cadeia do açaí, outra recomendação fundamental do GT foi a proposta de criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí — FUNDO AÇAÍ. O Fundo tem como objetivos centrais:

- **Fomentar e financiar** pequenos produtores, batedores artesanais, cooperativas e agroindústrias de pequeno porte;
- **Garantir qualidade e segurança sanitária** do produto, com adoção de boas práticas e rastreabilidade;
- **Reducir perdas e volatilidade de preços**, especialmente na entressafra;
- **Promover inclusão e sustentabilidade**, fortalecendo associações, cooperativas e práticas de manejo sustentável.

Trata-se de uma política estruturante, complementar à Lei dos Batedores Artesanais, que visa dar suporte financeiro, institucional e técnico à cadeia produtiva e comercial, garantindo perenidade, valorização dos pequenos elos e maior equidade na distribuição de benefícios da atividade.

Por fim, destaco que os resultados apresentados neste relatório final sugerem soluções práticas e políticas públicas para a crise do abastecimento de açaí, assim como, apontam estratégias que buscam garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento contínuo da cadeia produtiva, reforçando a necessidade de um canal de diálogo contínuo entre os diferentes setores envolvidos. Após a entrega deste relatório, propõe-se a criação de um comitê de acompanhamento para garantir a implementação e monitoramento das recomendações propostas.

2. INTRODUÇÃO

DA RIQUEZA DA FLORESTA AMAZÔNICA PARA O MERCADO MUNDIAL – O AÇAÍ EM EVIDÊNCIA

O açaí, fruto do açaizeiro (*Euterpe oleracea* e *Euterpe precatoria*), destaca-se como uma das espécies mais emblemáticas da Amazônia, desempenhando papel essencial na subsistência, na cultura e na economia das populações locais. Nativo das várzeas e igapós da Amazônia, o açaizeiro é uma palmeira que pode atingir até 30 metros de altura e caracteriza-se pela abundante produção de frutos em cachos, geralmente de coloração roxa-escura, com ampla variabilidade nutricional.

Historicamente, esse fruto sempre ocupou lugar de destaque na dieta das comunidades ribeirinhas e indígenas, que dele extraíam não apenas alimento, mas também insumos utilizados em práticas medicinais e em usos diversos do cotidiano (EMATER-PA, 2023).

No plano cultural, o açaí está fortemente enraizado no imaginário amazônico, sendo considerado por muitos povos como um alimento de valor sagrado. A lenda de Iaçã, filha de um cacique indígena, remete à origem mítica do fruto. Segundo a narrativa, em tempos de escassez, o cacique ordenou o sacrifício de crianças recém-nascidas para reduzir o número de bocas a alimentar. Iaçã, após perder sua própria filha, implorou a Tupã por uma solução.

Numa noite, teria avistado a criança próxima a uma palmeira, mas ao tentar abraçá-la, viu-a desaparecer. Ao amanhecer, seu corpo foi encontrado ao pé da árvore, que agora carregava frutos escuros semelhantes aos olhos da jovem. O povo alimentou-se deles e sobreviveu e, em homenagem a Iaçã, nomeou-se o fruto “açaí” (BBC NEWS BRASIL, 2019). Assim, o fruto transcende a função de alimento: representa, também, a preservação da vida e a esperança coletiva.

Além de sua relevância histórica, o açaí ocupa posição de destaque na culinária amazônica, especialmente no estado do Pará, onde é consumido diariamente como acompanhamento de farinha de mandioca, peixe frito, camarão ou charque. A prática consolidou-se a ponto de um ditado popular paraense afirmar que “almoço sem açaí é incompleto”.

A importância do fruto, nesse sentido, não é apenas nutricional, mas também identitária, constituindo elemento fundamental do patrimônio cultural imaterial da região (FRUTAS DO BRASIL, 2022). A partir da década de 1990, o consumo do açaí ultrapassou as fronteiras amazônicas e passou a ser incorporado em outras regiões do Brasil como alimento funcional, associado a propriedades antioxidantes, vitamínicas e energéticas.

Nesse contexto, houve uma adaptação de seu consumo: no lugar da polpa fresca misturada à farinha, difundiu-se em grandes centros urbanos a “tigela de açaí”, geralmente adoçada com xarope de guaraná e acompanhada de frutas e granola (SUPERINTERESSANTE, 2020). Esse processo foi acelerado pela promoção de atletas de artes marciais que apresentaram o açaí como “superalimento” aliado da alta performance esportiva, conferindo-lhe ampla aceitação nacional e internacional (UOL, 2021).

O Brasil é reconhecido como o maior produtor mundial de açaí, sendo que o Estado do Pará é, de longe, o principal protagonista da produção de açaí no Brasil, respondendo por mais de 90% da produção nacional. Em 2023, a produção do Pará foi estimada em cerca de 1,7 milhão de toneladas, o que corresponde a 90,4% de todo o açaí produzido no país (IBGE, 2022).

Essa cadeia envolve mais de 300 mil pessoas, incluindo extrativistas, famílias agricultoras, cooperativas, agroindústrias e comerciantes, sendo que aproximadamente 150 mil famílias dependem diretamente do manejo dos açaizais para sua subsistência. Além de gerar renda, esse sistema contribui para a conservação da Amazônia, promovendo práticas de manejo sustentável e ajudando a reduzir o desmatamento em áreas de várzea (IBGE, 2022).

Em, 2024, a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), por meio da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (Diepsac), lançou a Nota Técnica² “Conjuntura Econômica do Açaí 2024” destacando, entre outras questões, que entre 1987 e 2022, a produção nacional de açaí saltou de 145,8 mil toneladas para 1,9 milhão, um aumento superior a 13 vezes. A produção cultivada representa atualmente 87,3% do total nacional, com destaque absoluto para o Pará. Desde 2015, a produção cultivada no estado superou 1 milhão de toneladas, consolidando a liderança paraense frente a outros estados produtores, como Amazonas e Maranhão. (FAPESPA, 2024).

Dos dez municípios brasileiros com maior produção, nove estão no Pará. Igarapé-Miri lidera, com 21,7% da produção nacional (422,7 mil toneladas), seguido por Cametá (8%) e Abaetetuba (5,8%). Municípios como Mocajuba, Bagre e Anajás registraram os maiores crescimentos anuais entre 2021 e 2022 (FAPESPA, 2024). O preço internacional desses produtos aumentou mais de 5.000%, evidenciando a agregação de valor ao açaí produzido no Pará.

O número de empreendimentos ligados à produção de açaí no Pará aumentou de cerca de 13 mil, em 1996, para mais de 81 mil em 2017, um crescimento de 533%. Entre 2010 e 2022, os vínculos formais de trabalho no setor cresceram 864,5%, totalizando 3.143 empregos diretos e indiretos em 2022 (FAPESPA, 2024).

Os dados apontam ainda que a alocação de crédito no Pará concentra-se principalmente em investimentos de longo prazo (81%), enquanto no Amazonas predomina o custeio (78,5%), indicando diferentes estratégias de financiamento entre os estados (FAPESPA, 2024).

Quatorze municípios paraenses apresentaram níveis acima da média produtiva em 2022. Igarapé-Miri, Bagre e Ponta de Pedras destacam-se na especialização produtiva, enquanto Anajás liderou em aceleração e intensidade. Estes municípios devem ser prioridade para investimentos públicos e privados na cadeia do açaí. Em que pese a liderança paraense na produção, é essencial diversificar produtos e investir na verticalização da cadeia para aumentar a exportação e agregar valor à bioeconomia local (FAPESPA, 2024).

2. Disponível em https://www.fapespa.pa.gov.br/2024/07/04/nove-municípios-paraenses-lideram-produção-nacional-do-açaí-aponta-fapespa/?utm_source

Além disso, gargalos logísticos, como a necessidade de transporte refrigerado e infraestrutura de armazenamento adequada, ainda representam barreiras para a ampliação da competitividade do produto em mercados globais. Por essa razão, órgãos de pesquisa, como a Embrapa Amazônia Oriental, defendem o manejo sustentável e integrado, visando equilibrar a produção com a preservação ambiental (EMATER-PA, 2023).

Vemos que o Pará é responsável por mais de 90% da produção brasileira de açaí, sendo sua colheita concentrada em áreas de várzea, especialmente nas regiões do Marajó, Baixo Tocantins e Metropolitana de Belém. Apesar de sua relevância, o setor enfrenta crises cíclicas de abastecimento, sobretudo durante a entressafra (janeiro a junho), quando a oferta cai drasticamente e os preços disparam.

Essa instabilidade prejudica produtores, batedores artesanais, agroindústrias e consumidores, impactando a segurança alimentar e a renda de milhares de famílias. Além disso, fatores como mudanças climáticas, manejo inadequado, falta de infraestrutura e ausência de políticas públicas específicas agravam o cenário. O GT do Açaí foi criado para enfrentar essa crise de forma integrada, identificando gargalos na produção e comercialização, propondo soluções e apontando recomendações alinhadas à sustentabilidade e à valorização socioeconômica do produto.

O mercado de trabalho formal também avançou: entre 2010 e 2022, os vínculos empregatícios no setor cresceram 864,5%, saltando de 62 para 598 empregos diretos. Considerando o efeito multiplicador, estima-se que o cultivo do açaí tenha gerado mais de 3,1 mil empregos diretos e indiretos no Pará (FAPESPA, 2024). No mercado externo, os derivados do açaí paraense apresentaram crescimento exponencial.

O volume exportado passou de menos de 1 tonelada em 1999 para 61 mil toneladas em 2023. Em termos de valor, as exportações saltaram de US\$ 1,00 em 1999 para quase US\$ 45 milhões em 2023. O preço médio internacional do açaí subiu de US\$ 12/tonelada para US\$ 724/tonelada no mesmo período, demonstrando forte agregação de valor aos produtos derivados. (FAPESPA, 2024).

No campo do crédito rural, em 2023 o Pará recebeu R\$ 53,3 milhões destinados à cultura do açaí. Destaca-se que 81% desse montante foram alocados em linhas de investimento, voltadas à expansão da infraestrutura e inovação tecnológica, enquanto 19% foram destinados ao custeio da produção. Esses dados evidenciam não apenas a centralidade do Pará na cadeia produtiva do açaí, mas também seu papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do estado, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e ao fortalecimento do setor.

Não obstante os avanços, a cadeia produtiva do açaí enfrenta desafios significativos. A pressão crescente da demanda internacional estimulou o avanço de monocultivos em áreas antes ocupadas por floresta nativa, gerando riscos de redução da biodiversidade e comprometimento dos ecossistemas amazônicos.

A história do açaí no Brasil, especialmente na região amazônica, é uma narrativa multifacetada de uso sustentável, extrativismo e, mais recentemente, de crescente comercialização em larga escala. Essa trajetória se intensificou nas últimas décadas, impulsionada pela descoberta e valorização global de suas propriedades nutricionais e antioxidantes, que o transformaram de um alimento regional para um componente essencial em dietas saudáveis ao redor do mundo.

Contudo, essa expansão econômica também levanta questões sociais cruciais, como a garantia de preços justos aos produtores, a prevenção da exploração da mão de obra e o desafio de equilibrar o aumento da demanda com a sustentabilidade ambiental das áreas de cultivo.

A transformação do açaí, desde a colheita artesanal nas palmeiras até as modernas cadeias de distribuição, não é apenas um feito comercial, mas um reflexo das complexas dinâmicas sociais e ambientais que moldam o desenvolvimento da Amazônia.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Temos um universo a explorar, da evolução do cultivo, produção e da comercialização do açaí, entendendo e compreendendo esse fruto amazônico com suas conquistas de paladares a mercados, redefinindo sua importância econômica, cultural e social no cenário contemporâneo.

Nesse contexto, o açaí pode ser compreendido como um exemplo emblemático de sociobiodiversidade brasileira: um alimento que transita entre a ancestralidade indígena e o consumo urbano globalizado, entre a tradição cultural e a inovação agroindustrial. Mais do que um produto agrícola, o açaí simboliza um recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, conciliando geração de emprego e renda, valorização cultural e conservação ambiental.

Sua trajetória histórica evidencia como produtos tradicionais da floresta podem ser incorporados às cadeias globais de valor sem perder o vínculo com suas origens, reforçando a importância de políticas públicas e práticas sustentáveis que assegurem sua preservação para as gerações futuras.

3. SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONSUMO DO AÇAÍ NA AMAZÔNIA

No Artigo 6º da Carta Magna (Brasil, 1988), está expresso que a alimentação é um direito. A Segurança Alimentar e Nutricional (AS) é o termo referente à realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (Brasil, 2025a).

Nos últimos anos, os debates públicos se tornaram mais sistematizados, destacando a importância de políticas eficazes para segurança alimentar e nutricional, para alcance dos objetivos da Agenda 2030, relacionadas diretamente aos ODS 2, 3 e 12 (Brasil, 2025b).

O hábito alimentar é constituído de múltiplos fatores, porém os que demarcam limites, trazendo uma identidade cultural e representação social profunda, merecem um olhar cuidadoso pelo poder público, como é o caso do açaí que tem como principal consumidor no mundo a população do estado do Pará – Brasil. Esta atenção precisa estar voltada para o desenvolvimento sustentável, mas também para a soberania e segurança alimentar (Moraes & Mello, 2022).

O avanço na descoberta de propriedades nutricionais e funcionais do fruto açaí no campo dos flavonóides e, entre estes, as antocianinas merecem um lugar de destaque por apresentarem ações funcionais e por serem responsáveis pela coloração roxa, associando ao consumo de vinho tinto, ajudam a prevenir doenças através da sua poderosa ação antioxidante, protegendo as células do dano oxidativo.

Elas são associadas à redução do risco de doenças cardiovasculares, diabetes, certos tipos de câncer e neuro degeneração, porém O aspecto sanitário no manejo do açaí pode comprometer a qualidade dos nutrientes, mas também ser veículo de doenças transmitidas por alimentos (Nijveldt *et al*, 2001).

Neste sentido, é importante pensar na população paraense e nos itens que compõem sua cesta básica, Decreto Presidencial N° 11.936, de 05 de março de 2024, com a finalidade de garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional, o açaí possa ter um espaço mais inclusivo (Brasil, 2025c).

4. DESAFIOS EMERGENTES

Como já fora pontuado, o Estado do Pará é, de longe, o principal protagonista da produção de açaí no Brasil, respondendo por mais de 90% da produção nacional. Essa cadeia envolve aproximadamente 13 mil produtores diretos e mobiliza cerca de 300 mil pessoas, segundo estimativas que consideram impactos econômicos indiretos e arranjos familiares e extrativistas. O setor movimentava, algo em torno de R\$ 3 bilhões por ano só na produção local, antes de considerar expansões recentes e variações de preços.

A produção apresenta forte sazonalidade, com períodos de safra e entressafra — a entressafra sendo responsável por uma queda acentuada da oferta, pressão sobre os preços e consequente risco para segurança alimentar e renda de extrativistas e batedores artesanais. Esse desequilíbrio é percebido também nas variações de preço praticadas localmente: informações que circularam na imprensa indicam que, em entressafra de 2024, os valores pagos aos batedores chegaram a variar de forma drástica (ex.: uma “rasa” sendo vendida por R\$ 180 a R\$ 350 conforme a disponibilidade), evidenciando a volatilidade causada pela escassez.

Abro um parêntese para destacar que, no comércio do fruto do açaí, ainda prevalece o uso de unidades tradicionais de medida — como a rasa, a lata, o paneiro e a basqueta — que diferem em formato, tamanho e material, mas compartilham o fato de serem informais e não padronizadas.

Embora façam parte da cultura amazônica e expressem saberes regionais, essa diversidade pode gerar distorções na comercialização: nas feiras e entre atravessadores, a negociação é feita com base nessas medidas locais, enquanto as indústrias compram exclusivamente em quilogramas, a unidade oficial. Como o peso de cada recipiente varia conforme a compactação, o enchimento e até o nível de umidade do fruto, o produtor corre o risco de receber menos do que imagina estar vendendo, acumulando prejuízos ao longo do processo.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Segundo dados oficiais de institucionalização e monitoramento agrícola do próprio governo do Pará³, o estado mantém um volume anual superior a 1,38 milhão de toneladas de frutos de açaí (incluindo açaí de terra firme e manejado), reafirmando sua liderança nacional e a importância sistêmica do produto para a economia regional. O Pará é, indiscutivelmente, o maior produtor de açaí do Brasil, responsável pela maior parte da produção nacional. A cultura do açaí está profundamente enraizada na região, com uma predominância do extrativismo, principalmente nas áreas de várzea e igapós.

Conforme dados do IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal - PAM), a produção paraense tem demonstrado uma trajetória de crescimento consistente nos últimos anos, um reflexo do aumento da demanda interna e externa.

Tabela 1 - Produção, área colhida e produtividade média do açaí no Pará (2019–2023)

ANO	PRODUÇÃO DE AÇAÍ (TONELADAS) NO PARÁ	ÁREA COLHIDA (HECTARES)	PRODUTIVIDADE MÉDIA (KG/HECTARE)
2019	1.396.957	216.593	6.449
2020	1.487.653	228.373	6.514
2021	1.579.549	238.484	6.623
2022	1.637.781	246.331	6.649
2023	1.743.927	225.960	6.980

Fonte: IBGE (Pesquisa Agrícola Municipal - PAM)

O aumento da área colhida e da produtividade média indica um esforço para suprir a demanda crescente. A produtividade ainda tem um grande potencial de expansão, especialmente com a adoção de técnicas de manejo sustentável dos açaizais nativos e o avanço da cultura em terra firme. A exportação de açaí, majoritariamente na forma de polpa congelada, é um dos principais motores de crescimento da cadeia produtiva no Pará. O produto paraense conquistou mercados internacionais, consolidando-se como um "superalimento". Dados do MAPA/AGROSTAT 2024 demonstram o vigor do mercado externo:

3. Disponível <https://www.emater.pa.gov.br/pt-br/noticia/historia-de-cada-acai>; https://adepara.pa.gov.br/node/358?utm_source=https://www.agenciapara.com.br/noticia/57665/nove-municípios-parenses-lideram-produção-nacional-do-açaí-aponta-fapespa

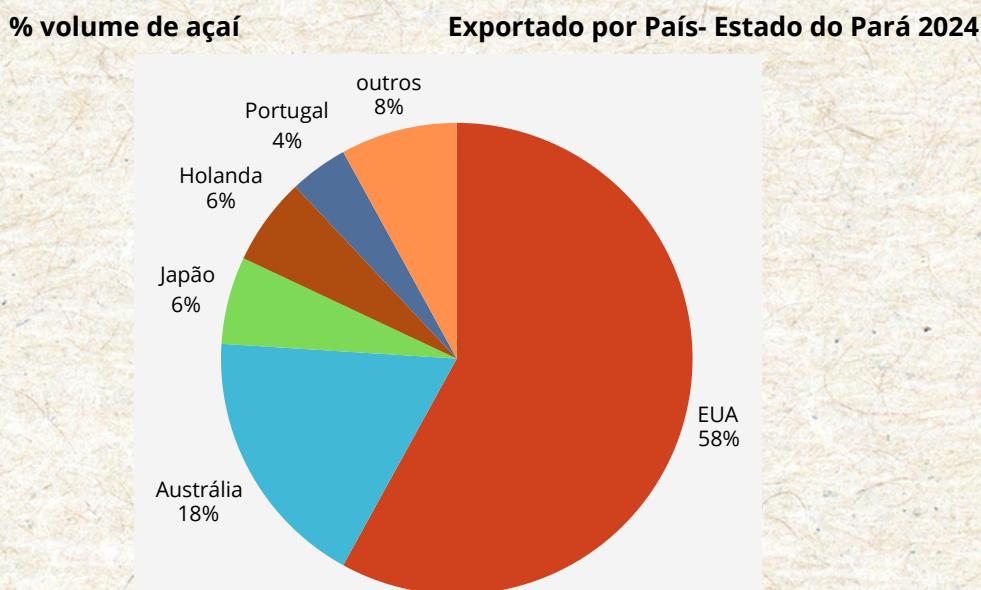
Tabela 2 – Volume e valor das exportações de polpa de açaí do Pará (2019–2024)

ANO	VOLUME EXPORTADO DE POLPA DE AÇAÍ DO PARÁ (TONELADAS)	VALOR EXPORTADO (MILHÕES US\$)
2019	9.731	28,07
2020	8.898	23,88
2021	10.281	32,2
2022	11.600	38,91
2023	8.200	27,74
2024	14.156	49,04

Fonte: MAPA/AGROSTAT 2024

O crescimento contínuo no volume e no valor das exportações é um indicador da aceitação global do produto e da capacidade de adaptação da indústria paraense aos padrões internacionais de qualidade. Os principais destinos da polpa de açaí do Pará são os Estados Unidos, Austrália países da Europa e o Japão.

Figura 4



Fonte : MAPA/AGROSTAT 2024

4.1 O MERCADO DO AÇAÍ E SUAS FLUTUAÇÕES DE PREÇOS

Os preços do açaí no Pará são marcados por uma forte sazonalidade, influenciada diretamente pela safra do fruto. Essa flutuação impacta a renda dos produtores e a logística das indústrias. A volatilidade de preços é um dos principais desafios para a cadeia. Produtores com menor capacidade de estocagem e acesso a mercados formais são mais vulneráveis a essa variação, enquanto as agroindústrias buscam estratégias para garantir o suprimento de matéria-prima durante a entressafra.

Pesquisas realizadas pelo DIEESE/PA⁴ mostram que até o mês de Jun/2025, e ainda após meses consecutivos de alta, o preço médio do litro do Açaí consumido pelos paraenses apresentou recuo. Entretanto, devido aos diversos fatores conjunturais, os balanços comparativos de preços do 1º semestre deste ano (Jan-Jun/2025) e também dos últimos 12 meses, mostram que preço do produto ainda elevado e com percentuais acumulados que superam a inflação calculada para os mesmos períodos.

Ainda de acordo com as pesquisas do DIEESE/PA, no mês de Jun/2025), o preço do litro de Açaí do tipo médio, comercializado em feiras livres, pontos de vendas e supermercados da Capital apresentou a seguinte trajetória nos últimos meses: em Jun/2024, o produto foi comercializado em média a R\$ 21,09; encerrou o ano passado (Dez/2024) sendo comercializado em média a R\$ 22,98.

Iniciou este ano (Jan/2025) sendo comercializado em média a R\$ 26,02; em Fev/2025 foi comercializado em média a R\$ 29,43; em Mar/2025 foi comercializado em média a R\$ 34,82; em Abr/2025 foi comercializado em média a R\$ 35,50; em Mai/2025 foi comercializado em média a R\$ 33,51 e no mês passado Jun/2025, com a queda de preço, foi comercializado em média a R\$ 30,25. Como pode ser observado, o preço do Açaí do tipo médio ficou cerca de 10,00% mais barato no mês de Jun/2025 em relação ao mês de Mai/2025.

4. Disponível em <https://diariodopara.com.br/belem/preco-do-litro-de-acai-volta-a-cair-em-belem-pelo-terceiro-mes-consecutivo>

Entretanto, no balanço comparativo de preços do 1º primeiro semestre deste ano (Jan-Jun/2025), o produto ainda continua caro e apresenta um reajuste acumulado de 31,64%; também nos últimos 12 meses o preço do produto continua elevado, apresentando alta de 43,43% (tabela 3).

Tabela 3 – Comparativo dos preços do litro de Açaí comercializado em feiras livres, pontos de vendas e supermercados de Belém

PRODUTO	PREÇOS MÉDIOS/PERÍODOS						VARIAÇÃO		
	Jun/25 R\$	Mai/25 R\$	Jan/25 R\$	Dez/24 R\$	Jun/24 R\$	no mês %	no ano %	12 meses %	
Açaí/litro									
Tipo Médio	30,25	33,51	26,02	22,98	21,09	-9,73	31,64	43,43	

Fonte: pesquisa DIEESE/PA

As pesquisas do DIEESE/PA também identificaram que os preços do litro de Açaí do tipo médio se diferenciam, em função dos vários locais de vendas e com isso existem diferenças de preços entre feiras, supermercados e pontos de vendas espalhados pela cidade. Na última semana do mês de Jun/2025, o litro do Açaí do tipo Médio foi encontrado nas pesquisas com os seguintes preços: nas feiras livres os preços oscilaram entre R\$ 24,00 a R\$ 34,00; já nos supermercados os preços oscilaram entre R\$ 26,00 a R\$ 28,99.

O DIEESE/PA acompanha ainda com pesquisas semanais em feiras livres, pontos de vendas e supermercados da Capital, o preço do litro de Açaí do tipo grosso. No balanço de preços do mês passado (Jun/2025), em média o litro deste produto também ficou mais barato.

Nos últimos meses, o litro deste tipo de Açaí apresentou a seguinte trajetória de preços: Em Jun/2024 foi comercializado em média a R\$ 36,04; encerrou o ano passado (Dez/2024) sendo comercializado em média a R\$ 33,4.

No início deste ano (Jan/2025) foi comercializado em média a R\$ 35,67; em Fev/2025 foi comercializado em média a R\$ 40,39; em Mar/2025 foi comercializado em média a R\$ 49,87; em Abr/2025 foi comercializado em média a R\$ 52,10; em Mai/2025 foi comercializado em média a R\$ 51,50 e no mês passado (Jun/2025), com a queda de preço, foi comercializado em média a R\$ 46,00.

Neste caso, o preço do litro deste tipo de Açaí ficou em média cerca de 10,68% mais barato no mês de Jun/2025 em relação ao mês de Mai/2025; já no balanço comparativo de preços do 1º semestre deste ano (Jan-Jun/2025), o produto ainda continua caro e registra um reajuste acumulado de 37,68%; ainda no comparativo de preços dos últimos 12 meses a alta no preço deste produto alcançou o percentual de 27,64%.

As pesquisas do DIEESE/PA mostram que, os preços do litro de Açaí do tipo grosso também variam em função dos vários locais de vendas. Na última semana do mês de Jun/2025, por exemplo, o litro deste tipo de Açaí foi encontrado nas pesquisas com os seguintes preços: nas feiras livres os preços oscilaram entre R\$ 46,00 a R\$ 58,00 já nos supermercados os preços oscilaram entre R\$ 34,00 a R\$ 36,00 por litro.

Tabela 4 – Variação de preços do litro de açaí comercializado em feiras e estabelecimentos de Belém

PRODUTO		PREÇOS MÉDIOS/PERÍODO					VARIAÇÃO		
Açaí/Litro	Jun/25 R\$	Mai/25 R\$	Jan/25 R\$	Dez/24 R\$	Jun/24 R\$	No mês %	No ano	12 Meses	
Tipo Grossos	46,00	51,50	35,67	33,41	36,04	-10,68	37,68	27,64	

Fonte: pesquisa DIEESE/PA

O acesso ao açaí se tornou um desafio significativo para os paraenses, especialmente para as famílias de menor poder aquisitivo. O fruto, que por décadas foi um pilar da cultura e da alimentação local, viu seu preço disparar de forma impressionante, tornando-se cada vez mais inacessível.

As pesquisas do DIEESE/PA mostram que em julho de 1994, com a implementação do Plano Real, um litro de açaí médio custava cerca de R\$ 1,50. Ao longo dos anos, o preço se elevou de forma brutal, superando em muito a inflação. Atualmente, o valor do açaí pode variar bastante, mas já foi observado que o açaí médio pode custar cerca de R\$ 30,00 e o açaí grosso cerca de R\$ 42,11 — um aumento de 1.711% e 835,78%, respectivamente, em relação ao valor de 1994.

A alta histórica no preço do açaí reflete uma combinação de fatores. O principal deles é o aumento da demanda global. O "ouro negro da Amazônia" conquistou o mundo, sendo reconhecido como um superalimento e energético natural, o que levou a um crescimento exponencial das exportações. Essa valorização no mercado internacional, no entanto, gerou um efeito colateral cruel: a dificuldade de acesso para quem vive na região. Para as famílias de baixa renda, que tradicionalmente dependem do açaí como parte essencial de sua dieta, o produto passou de uma base alimentar diária para um luxo ocasional, ou até mesmo inacessível.

Os trabalhadores rurais e extrativistas, apesar de serem a base da produção, muitas vezes não se beneficiam plenamente com a alta de preços. Eles vendem a fruta para intermediários, que levam o produto para os centros urbanos e para as indústrias, que pagam valores mais baixos, enquanto os lucros maiores ficam com as etapas finais da cadeia produtiva e com a exportação.

A situação do açaí no Pará é um retrato complexo onde a valorização de um produto natural no mercado global colide com a realidade de sua população de origem. O desafio é encontrar um equilíbrio que permita o desenvolvimento econômico do setor, mas sem comprometer a segurança alimentar e cultural dos paraenses.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

5. VOZES DA AMAZÔNIA



Foto: Luciana Pombo

Para ouvir a sociedade sobre a crise do açaí no Estado do Pará, o GT do Açaí utilizou quatro métodos diferentes e complementares de pesquisa e escuta. Esses métodos garantiram que os dados coletados fossem amplos e representativos.

Primeiro, foi feita uma pesquisa online por meio de questionários estruturados. Essa pesquisa ficou disponível de 30 de abril a 30 de maio de 2025 e ajudou a alcançar muitas pessoas de diferentes regiões do Pará. O objetivo era ouvir quem realmente conhece o dia a dia da produção do açaí — como trabalhadores, produtores, batedores, comunidades ribeirinhas e representantes locais. A consulta pública foi aberta para todo o Estado e contou com respostas de vários municípios, principalmente da região Tocantina. Isso permitiu captar a diversidade e os principais desafios da cadeia produtiva do açaí no Pará.

O segundo momento de escuta aconteceu durante o Festival do Açaí, promovido pelo Governo do Estado, entre os dias 12 e 14 de junho de 2025. Nesse evento, a Assembleia Legislativa, por meio do GT do Açaí, montou um stand para coletar opiniões e relatos diretamente dos produtores, trabalhadores e membros das comunidades. Esse contato presencial trouxe informações importantes e detalhadas sobre a realidade vivida no território.

O terceiro processo de escuta foi realizado nas reuniões regulares do GT do Açaí e também durante um debate público, organizada pelo GT, que aconteceu no município de Abaetetuba, no dia 21 de maio de 2025. Assim, ao combinar esses três métodos — pesquisa online, pesquisa presencial e reuniões/debates públicos— o GT do Açaí conseguiu construir um panorama sólido, representativo e diverso. Esse material servirá como base para a análise dos dados apresentados a seguir.

Vamos iniciar a análise pelo formulário online, que abrangeu um contingente maior de municípios. Participaram da pesquisa dezenas de municípios de todas as regiões do Estado do Pará, incluindo, entre outros, **Belém, Abaetetuba, Cametá, Afuá, Barcarena, Breves, Castanhal, Igarapé-Miri, Mojú**.

Essa ampla abrangência territorial reforça a diversidade e complexidade das realidades enfrentadas nas diferentes etapas da cadeia produtiva do açaí e demonstra o engajamento das comunidades locais em buscar soluções para os desafios que impactam seu cotidiano e sustento.

O objetivo central dessa consulta era claro: identificar, a partir das vozes locais, os principais problemas enfrentados em cada região, reunir denúncias, apontar soluções e levantar informações que possam fundamentar propostas concretas de políticas públicas. Não se tratou apenas de ouvir — mas de reconhecer o saber popular como fonte legítima de diagnóstico e formulação de alternativas. E os resultados falam por si.

As respostas revelam um retrato duro, mas necessário: um sistema desigual, marcado pela ausência quase total do Estado, pela exploração persistente dos que produzem e pela concentração da renda nas mãos de poucos que controlam a comercialização. Enquanto a monocultura do açaí avança, a biodiversidade recua, comprometendo o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade das comunidades tradicionais. O lucro cresce, especialmente para grandes empresas e intermediários, mas a fome e a precariedade também se expandem.

O açaí, que deveria ser alimento básico e fonte de sustento para as populações locais, tornou-se um produto de exportação e um item gourmet valorizado nas grandes cidades e mercados internacionais. Enquanto isso, nas periferias de Belém, Abaetetuba, Cametá, Afuá e Marabá, por exemplo, o fruto muitas vezes falta à mesa das famílias que o cultivam, revelando uma contradição cruel entre produção e acesso.

Essa distorção evidencia a urgência de políticas públicas que garantam justiça social, segurança alimentar e proteção ambiental, valorizando os saberes tradicionais e assegurando que a riqueza gerada pelo açaí retorne às comunidades produtoras. A partir desse diagnóstico, o GT do Açaí está empenhado em transformar essas vozes em ações concretas e efetivas para reverter esse cenário.

5.1 PESQUISA ONLINE: PRINCIPAIS DESAFIOS E DEMANDAS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ

Passamos agora à apresentação dos resultados coletados por meio do formulário online, que traduzem em números a realidade descrita pelas comunidades. Os dados aqui reunidos são mais do que estatísticas: são denúncias, são gritos abafados, são sementes de um novo modelo que precisa florescer com justiça, redistribuição de renda, soberania alimentar e preservação ambiental. A cadeia produtiva do açaí precisa deixar de ser apenas lucrativa — e passar a ser também justa, inclusiva e soberana. E esse debate precisa, com urgência, sair do papel e ocupar os espaços de decisão política.

Tabela 5 – Principais problemas identificados na cadeia do açaí no Estado do Pará

CATEGORIA	PROBLEMAS DE IDENTIFICAÇÃO
COMERCIALIZAÇÃO	Preço instável (safrinha/entressafrinha); Atravessadores; Falta de política de preço mínimo
PRODUÇÃO	Sazonalidade severa; Perdas por seca; Irrigação ausente; Morte de açaizais
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Estradas precárias; Falta de energia; Ausência de locais de venda/armazenamento
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Expansão do monocultivo; Perda de biodiversidade; Desmatamento e destruição de áreas nativas
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E TÉCNICA	Falta de ATER; Ausência de crédito; Falta de capacitação e organização coletiva
QUALIDADE E SAÚDE	Açaí contaminado ou “fino”; Ausência de rastreabilidade; Risco da Doença de Chagas
SEGURANÇA ALIMENTAR E SOCIAL	Escassez local; Preço alto para a população ribeirinha; Violência; Trabalho infantil

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

A pergunta central da pesquisa foi: "Descreva os principais problemas enfrentados na cadeia do açaí em sua região." As respostas foram categorizadas em sete grandes áreas: **Comercialização; Produção; Infraestrutura e Logística; Sustentabilidade Ambiental; Organização Produtiva e Técnica; Qualidade e Saúde; Segurança Alimentar e Social.**

Os dados revelam uma cadeia produtiva marcada por contradições profundas entre sua importância econômica e a realidade vivida pelos produtores locais. Embora o Pará seja o maior produtor mundial de açaí, os problemas relatados mostram que o fruto símbolo da Amazônia é também expressão de um modelo de desenvolvimento excludente, desigual e insustentável.

Na comercialização, destacam-se a instabilidade de preços entre safra e entressafra, a forte dependência de atravessadores e a ausência de políticas públicas de preço mínimo. Isso coloca os produtores em posição frágil diante do mercado, sem proteção contra a exploração comercial e sem autonomia sobre sua própria produção.

Na produção, os efeitos das mudanças climáticas, como a seca prolongada, e a sazonalidade severa levam à perda de açaizais inteiros. A falta de irrigação e de suporte técnico agrava o cenário, demonstrando o quanto o Estado tem falhado em garantir tecnologias adaptadas à realidade amazônica.

A categoria infraestrutura e logística evidencia gargalos históricos: estradas precárias, falta de energia elétrica estável e ausência de espaços adequados para armazenamento e comercialização limitam o escoamento da produção e reduzem a competitividade dos produtores locais. O isolamento estrutural gera perdas econômicas e reforça a dependência de intermediários.

A sustentabilidade ambiental aparece como uma dimensão crítica. A expansão desenfreada do monocultivo do açaí, em detrimento dos sistemas agroflorestais e da biodiversidade, provoca desmatamento, perda de cobertura vegetal nativa e desequilíbrio ecológico. A lógica produtiva que deveria respeitar os ciclos da floresta está sendo substituída por um modelo de mercado que destrói o que sustenta.

No eixo da organização produtiva e técnica, a ausência de crédito rural, assistência técnica (ATER) e apoio à formação de cooperativas e associações impede o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária. Isso perpetua a informalidade, a desorganização e a invisibilidade dos pequenos produtores no sistema.

Os problemas de qualidade e saúde revelam uma falha grave na vigilância e no apoio técnico-sanitário: há relatos frequentes de açaí contaminado, ausência de rastreabilidade e risco da Doença de Chagas. Isso compromete a segurança alimentar da população e a reputação do produto no mercado nacional e internacional.

Por fim, a categoria segurança alimentar e social escancara a maior contradição de todas: falta açaí na mesa de quem o produz. O alto custo do fruto, sobretudo na entressafra, torna-o inacessível para ribeirinhos e populações periféricas. Em um Estado que alimenta o Brasil com açaí, há famílias passando fome, enfrentando violência, ameaças e até trabalho infantil nas etapas da produção.

Tabela 6 – Consequências geradas pelos problemas identificados na cadeia do Açaí

ÁREA AFETADA	CONSEQUÊNCIA
PRODUTOR RURAL	Renda reduzida, alta dependência de atravessadores
CONSUMIDOR LOCAL	Preço elevado e insegurança alimentar
MEIO AMBIENTE	Perda de espécies, desmatamento e fragilidade do ecossistema
SAÚDE PÚBLICA	Risco de Doença de Chagas, falta de controle sanitário
ECONOMIA REGIONAL	Baixo valor agregado, exportação bruta, concentração de renda
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	Falta de articulação entre municípios, estado e atores da cadeia
CONDIÇÕES DE TRABALHO	Informalidade, precarização, risco de aliciamento por crime organizado

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

A análise dos dados apresentados na tabela revela uma teia complexa de problemas que permeiam toda a cadeia produtiva do açaí no Estado do Pará, impactando diretamente os produtores rurais, consumidores, o meio ambiente, a saúde pública, a economia regional, a governança e as condições de trabalho.

Para os produtores rurais, a renda reduzida é uma realidade crônica, agravada pela alta dependência dos atravessadores que monopolizam o mercado e impõem preços injustos. Essa condição coloca os trabalhadores em posição vulnerável, limitando seu poder de negociação e perpetuando uma estrutura econômica desigual que beneficia poucos intermediários em detrimento da maioria que realmente produz.

Do lado do consumidor local, os dados evidenciam um paradoxo preocupante: enquanto o preço do açaí se mantém elevado, a insegurança alimentar persiste, especialmente nas periferias urbanas e comunidades tradicionais. Isso revela que o fruto, embora abundante em território paraense, muitas vezes não está disponível para aqueles que dele dependem como fonte básica de alimentação, mostrando uma falha grave na distribuição e no acesso aos alimentos.

No que diz respeito ao meio ambiente, a tabela 6 destaca a perda de espécies, o avanço do desmatamento e a fragilidade dos ecossistemas locais. A expansão da monocultura do açaí, muitas vezes sem o devido manejo sustentável, contribui para o desequilíbrio ambiental, ameaçando a biodiversidade e comprometendo os serviços ecossistêmicos essenciais para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas e para a própria continuidade da produção.

A saúde pública também sofre impactos significativos, com o risco de doenças como a Doença de Chagas, agravado pela falta de controle sanitário adequado durante as fases de produção e comercialização. Essa ausência de fiscalização e assistência técnica adequada coloca em risco a qualidade do produto e a saúde dos trabalhadores e consumidores, evidenciando a necessidade urgente de políticas integradas que articulem saúde, meio ambiente e desenvolvimento rural.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Economicamente, a cadeia do açaí apresenta baixo valor agregado, caracterizada pela exportação do produto em estado bruto e a concentração da renda nas mãos de poucos agentes econômicos. Esse modelo limita o desenvolvimento regional e impede que as comunidades locais se beneficiem plenamente do potencial econômico do açaí, reforçando a dependência externa e a vulnerabilidade econômica.

A estrutura de governança também se mostra fragilizada, com falta de articulação efetiva entre municípios, estado e demais atores da cadeia produtiva. Essa ausência de coordenação compromete a implementação de políticas públicas consistentes e dificulta a construção de estratégias coletivas para enfrentar os desafios identificados.

Por fim, as condições de trabalho revelam um quadro alarmante de informalidade e precarização, expondo os trabalhadores a riscos não apenas econômicos, mas também sociais, como o aliciamento por organizações criminosas. Essa realidade demanda uma atuação firme do Estado para garantir direitos, fiscalização e proteção social a essa força de trabalho fundamental para a cadeia do açaí.

Em síntese, os dados indicam que a cadeia produtiva do açaí no Pará é atravessada por múltiplas vulnerabilidades que se reforçam mutuamente, exigindo uma abordagem integrada e interdisciplinar para sua superação. Somente com políticas públicas que promovam justiça social, sustentabilidade ambiental, valorização do trabalho e fortalecimento da governança será possível transformar o potencial do açaí em desenvolvimento real e inclusivo para o Pará.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Tabela 7 – Municípios do Pará e seus desafios na cadeia do açaí

Município	Principais Problemas	Potenciais/Vocações	Demandas/Propostas
ABAETETUBA	Preço injusto ao produtor Atravessadores dominam mercado Falta de apoio técnico e organização	Capital do açaí; polo extrativista com tradição	Verticalização da cadeia Apóio a cooperativas Infraestrutura para batedores
BARCARENA	Exportação predatória Abastecimento local comprometido	Porto e logística; indústria processadora	Regulação da exportação Incentivo ao abastecimento regional
CAMETÁ	Perda de açaizais por falta de irrigação Sazonalidade	Açaizais nativos e cultivados	Política de irrigação ATER permanente Incentivo a SAFs
IGARAPÉ-MIRI	Monocultura do açaí Desvalorização do miriti Pragas	Tradição no extrativismo SAFs	Combate à monocultura Diversificação produtiva
MOCAJUBA	Acesso difícil Falta de energia elétrica para batedores	Produção comunitária	Melhoria da infraestrutura Inclusão digital e energia rural
BAIÃO	Sazonalidade Desvalorização do açaí local	Comunidades tradicionais	Armazenamento refrigerado Comercialização direta
LIMOEIRO DO AJURU	Ausência de assistência técnica Preço baixo	Potencial extrativista	Presença efetiva da EMATER Fomento à cooperativa
OEIRAS DO PARÁ	Falta de SAFs Baixo apoio público	Território quilombola com agroextrativismo	Fortalecimento de políticas de base comunitária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

CURRALINHO	Abandono institucional Exportação para outros estados sem regulação	Produção ribeirinha expressiva	Fundo de preço mínimo Incentivo à agroindustrialização local
PONTA DE PEDRAS	Falta de assistência técnica Alto custo de vida na entressafra	Açaíais nativos e consumo local forte	Regularização fundiária Apoio técnico e organizativo
MARACANÃ	Acesso precário Monocultura crescendo	Pequenas propriedades rurais	Estradas vicinais Incentivo à diversificação
ANAJÁS	Exportação predatória Esvaziamento do mercado local	Açaí nativo abundante	Regulação da saída Segurança alimentar local
BREVES	Crescente presença do crime organizado na cadeia do açaí Trabalho infantil	Grande volume de produção	Policiamento e proteção da cadeia produtiva Regularização das atividades
AFUÁ	Sazonalidade extrema Preço abusivo	Território extrativista ribeirinho	Garantia de abastecimento com subsídio PNAE/PAA com compra direta
PORTEL	Desmatamento para monocultura Redução do miriti	Grande área florestal Uso tradicional de SAFs	Valorização do miriti Incentivo à agroecologia e diversificação
MELGAÇO	Preço abusivo e escassez na entressafra Dependência externa	Região produtora tradicional	Criação de banco de alimentos Preço mínimo regulado

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

A análise dos dados por município revela a diversidade e complexidade dos desafios enfrentados na cadeia produtiva do açaí no Pará, reforçando a necessidade de soluções regionais específicas e integradas. Em Abaetetuba, polo extrativista histórico, o preço injusto ao produtor e o domínio dos atravessadores expõem a vulnerabilidade econômica local, destacando a urgência do apoio técnico e da organização cooperativa para fortalecer a verticalização da cadeia.

Já em Barcarena, a exportação predatória compromete o abastecimento regional, apontando para a necessidade de regulamentação rigorosa da exportação e incentivos para o mercado interno.

Nos municípios com forte presença de açaizais nativos, como Cametá, a falta de irrigação e a sazonalidade limitam a produtividade, exigindo políticas permanentes de assistência técnica e incentivo a sistemas agroflorestais (SAFs). Em Igarapé-Miri, o desafio da monocultura e a desvalorização de outras espécies, como o miriti, indicam a urgência de diversificação produtiva para preservar a biodiversidade e a sustentabilidade econômica.

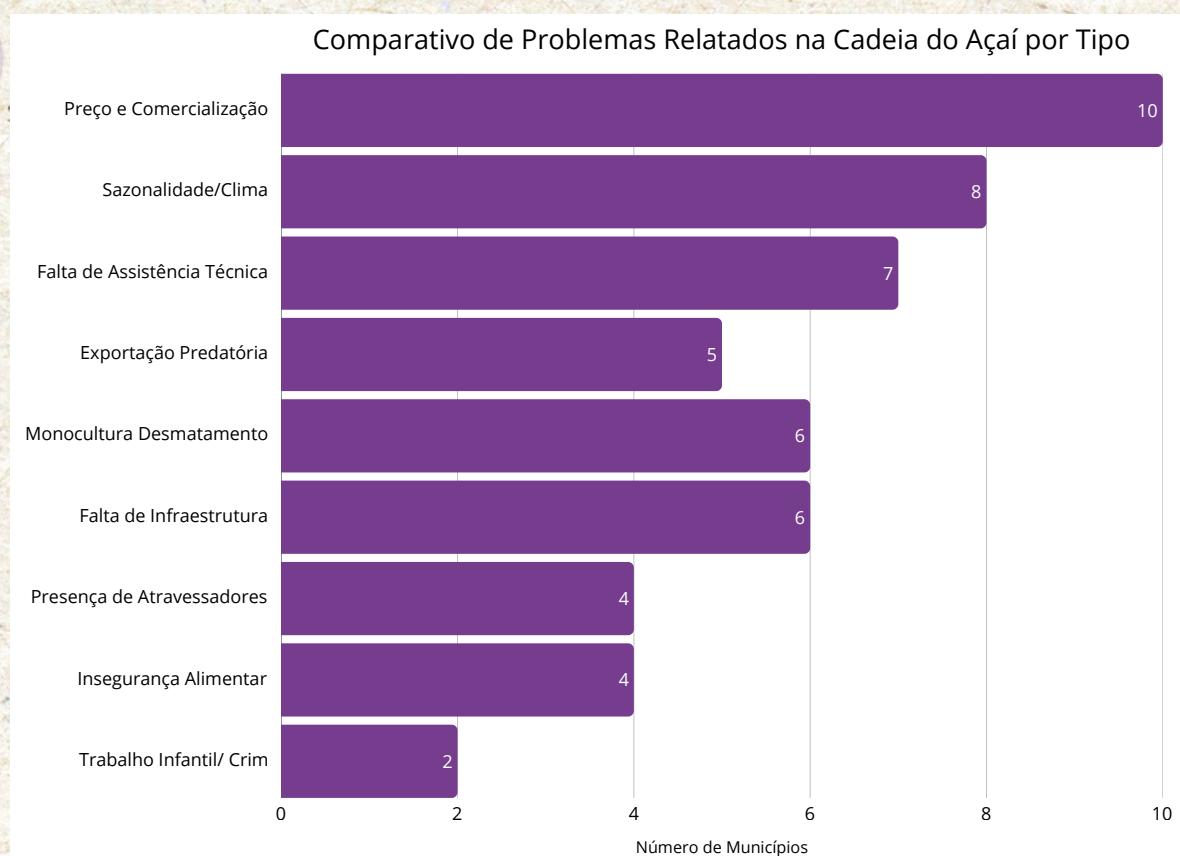
Problemas estruturais, como o acesso difícil e a falta de infraestrutura em Mocajuba e Baião, reforçam a importância da melhoria logística, acesso à energia e comercialização direta para garantir renda e segurança alimentar. Em Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, a ausência de assistência técnica e baixo apoio público enfraquecem as potencialidades extrativistas e comunitárias, destacando o papel crucial da EMATER e políticas de base comunitária.

Os municípios ribeirinhos e quilombolas, como Curralinho e Ponta de Pedras, enfrentam abandono institucional e altos custos de vida, demandando ações concretas como fundos de preço mínimo, regularização fundiária e incentivo à agroindustrialização local para fortalecer suas economias. Problemas de segurança, como o aumento da presença do crime organizado e trabalho infantil em Breves, exigem policiamento específico e proteção da cadeia produtiva.

Por fim, em regiões como Afuá, Portel e Melgaço, a sazonalidade extrema, o desmatamento para monocultura e a dependência externa agravam a instabilidade dos preços e a escassez do fruto, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam abastecimento com subsídios, valorizem sistemas agroecológicos e criem mecanismos de preço mínimo e bancos de alimentos.

Em suma, os dados apontam para um cenário onde desafios socioeconômicos, ambientais e institucionais se entrelaçam, reforçando que soluções isoladas não serão suficientes. É imprescindível um olhar integrado que respeite as especificidades locais, fortaleça a governança e promova o desenvolvimento sustentável e justo para todas as regiões produtoras de açaí no Pará.

Figura 5 – Problemas relatados na cadeia produtiva do açaí no Pará, por tipo (2025)



Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

O gráfico evidencia que os principais desafios da cadeia do açaí no Pará são multidimensionais. O maior problema apontado é “Preço e Comercialização”, presente em todos os municípios, revelando a forte influência dos intermediários e a desigualdade no repasse de renda. Em seguida, a “Sazonalidade/Clima” aparece como fator crítico, reforçando a vulnerabilidade da produção às variações naturais. A “Falta de Assistência Técnica”, citada em grande parte dos municípios, mostra a carência de apoio institucional às comunidades produtoras.

Questões como “Monocultura/Desmatamento” e “Falta de Infraestrutura” também comprometem a sustentabilidade e a logística da produção, enquanto a “Exportação Predatória” ameaça os mercados locais. Além disso, problemas sociais, como a presença de atravessadores, insegurança alimentar e exploração do trabalho infantil, têm forte impacto sobre a qualidade de vida das comunidades. Em síntese, o gráfico revela a necessidade de respostas integradas, que contemplem dimensões econômicas, ambientais, institucionais e sociais da cadeia do açaí.

Tabela 8 – Contribuições dos Participantes para o Desenvolvimento da Cadeia do Açaí

EIXO ESTRATÉGICO	PROPOSTAS E SOLUÇÕES
POLÍTICA E GOVERNANÇA	Criação do Fundo Açaí (PRO AÇAÍ); Comitê Gestor permanente; Regulação da exportação
COMERCIALIZAÇÃO E PREÇO	- Política de preço mínimo; Inclusão no PAA/PNAE; Apoio a feiras e mercados locais
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	Incentivo aos SAFs; Irrigação; Assistência técnica agroecológica
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Armazenamento refrigerado; Melhorias nas estradas; Pontos de venda organizados
QUALIDADE E RASTREABILIDADE	Certificação orgânica; Selo de qualidade; Boas práticas sanitárias
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	Fomento a cooperativas; Crédito rural facilitado; Capacitação contínua

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

A tabela reúne propostas decisivas para transformar a cadeia do açaí no Pará, mas sua efetividade depende do enfrentamento dos entraves estruturais que mantêm produtores e comunidades tradicionais em posição de vulnerabilidade. Iniciativas como o Fundo Açaí (PRO AÇAÍ), um comitê gestor permanente e a regulação da exportação só terão impacto real se forem acompanhadas de compromisso institucional, transparência e participação social — caso contrário, correm o risco de se tornar apenas mais um aparato burocrático.

No campo da comercialização, medidas como preço mínimo, inserção do açaí no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE e apoio a feiras locais buscam reduzir desigualdades, mas só funcionarão se enfrentarem de frente o domínio dos atravessadores e a informalidade que perpetua a injustiça econômica.

Do lado ambiental, os incentivos a Sistemas Agroflorestais, irrigação e assistência técnica agroecológica são urgentes para frear a monocultura e a perda da biodiversidade, mas requerem investimentos contínuos em capacitação e valorização do conhecimento tradicional. As falhas de infraestrutura e logística — estradas precárias, falta de refrigeração e pontos de venda desorganizados — continuam elevando custos e perdas, penalizando sobretudo os pequenos produtores.

Já os mecanismos de qualidade e rastreabilidade, como certificações e selos, podem agregar valor, mas só serão viáveis com apoio real aos produtores de base, que não conseguem arcar sozinhos com os custos desses processos. Por fim, o fortalecimento da organização produtiva via cooperativas, crédito rural e formação é essencial para ampliar o poder de barganha, mas ainda esbarra em resistências culturais, fragilidade administrativa e falta de apoio técnico. Em resumo, o roteiro proposto é consistente, mas sua concretização exigirá articulação política, recursos adequados e verdadeira participação das comunidades, sob pena de repetir o ciclo de exclusão que marca historicamente a economia do açaí.

5.2 DEBATE PÚBLICO: DESAFIOS E NECESSIDADES DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ NO PARÁ (PRESENCIAL)

Figura 6 - Deputado Bordalo na fala de abertura do debate público em Abaetetuba



Foto: Ozéas Santos (AID/ALEPA)

Em Abaetetuba, um debate público realizado pela ALEPA, por meio do GT do Açaí, reuniu centenas de pessoas ligadas à cadeia do açaí no Baixo Tocantins — produtores, batedores artesanais, comerciantes, empresários, gestores públicos e instituições financeiras. O encontro deu visibilidade às dificuldades enfrentadas na safra e entressafra, mas também destacou a força cultural e social do açaí na região. Comunidades tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos, relataram sua realidade produtiva e defenderam práticas que preservam o meio ambiente e a identidade local.

Mulheres agroextrativistas e trabalhadoras urbanas trouxeram relatos sobre a desigualdade e a falta de reconhecimento, enquanto cooperativas e sindicatos reforçaram a necessidade de organização, acesso a mercados e políticas públicas eficazes.

**Figura 7 - Debate Público: A força cultural e social do açaí na região
Tocantina e no Pará**



Foto: Ozéas Santos (AID/ALEPA)

A presença de jovens, artistas e coletivos culturais lembrou que o açaí vai além da economia: é também símbolo de cultura e pertencimento. Já representantes de prefeituras, órgãos estaduais e federais, além de ONGs socioambientais, apresentaram caminhos de apoio técnico e financeiro, mas também alertaram para os riscos de modelos predatórios que ameaçam a biodiversidade e a segurança alimentar. Essa diversidade de vozes mostrou que enfrentar os desafios da cadeia do açaí exige articulação entre saberes tradicionais, conhecimento técnico e vontade política, em busca de um desenvolvimento justo e sustentável para a região.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Tabela 9 – Principais problemas apontados na cadeia produtiva do açaí – Baixo Tocantins

PROBLEMAS	DESCRÍÇÃO
PREÇOS AVILTANTES E EXPLORAÇÃO POR ATRAVESSADORES	Atravessadores impõem preços injustos, explorando economicamente os produtores, especialmente quilombolas e ribeirinhos
AUSÊNCIA E INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Falta de políticas públicas que garantam preço justo, infraestrutura, apoio técnico e regulação da cadeia do açaí
FALTA DE INFRAESTRUTURA PARA BENEFICIAMENTO E ESCOAMENTO	Insuficiência de estruturas para beneficiamento local, transporte precário e ausência de logística adequada
DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO E FORMALIZAÇÃO	Entraves burocráticos para formalização, falta de linhas de crédito acessíveis e dificuldade de financiamento no informal
FALTA DE INCLUSÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Invisibilidade e exclusão das populações quilombolas, ribeirinhas e extrativistas no desenho e implementação das políticas
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E AUSÊNCIA DE SUPORTES NA CADEIA	Mulheres sobreexpostas, invisíveis nas políticas e expostas a violência e falta de espaços de denúncia
ELITIZAÇÃO DO CONSUMO E PERDA DA DIMENSÃO CULTURAL E ALIMENTAR DO AÇAÍ	O açaí está sendo gourmetizado, perdendo seu papel de alimento básico e símbolo cultural
AVANÇO DA MONOCULTURA E USO DE AGROTÓXICOS	Expansão da monocultura irrigada com agrotóxicos em áreas extrativistas, causando impactos ambientais negativos
FALTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E APOIO CONTINUADO	Insuficiência de assistência técnica e capacitação, especialmente para jovens e mulheres rurais.
CONCENTRAÇÃO DE RENDA E MERCANTILIZAÇÃO DA CADEIA	Modelo econômico concentrador, favorecendo grandes grupos e atravessadores em detrimento dos pequenos produtores

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

A cadeia produtiva do açaí enfrenta desafios estruturais que fragilizam não só a economia, mas também a vida social, cultural e ambiental das comunidades envolvidas, e essa realidade não se limita ao Baixo Tocantins, estendendo-se a outras regiões do Pará.

O domínio dos atravessadores, que impõem preços injustos, atinge com mais força quilombolas e ribeirinhos, aprofundando a vulnerabilidade social e a precarização do trabalho, marcada pela informalidade e ausência de direitos.

A falta de políticas públicas efetivas — que garantam preço justo, infraestrutura, crédito e assistência técnica — limita o potencial produtivo e mantém os pequenos extrativistas à margem do mercado.

Mais grave ainda é a exclusão dessas comunidades tradicionais das decisões que afetam diretamente seus territórios e modos de vida, reforçando desigualdades históricas e ameaçando a preservação cultural do açaí.

O avanço da monocultura irrigada com agrotóxicos compromete a biodiversidade e enfraquece práticas sustentáveis, enquanto jovens e mulheres rurais seguem sem o suporte necessário para inovar e ocupar plenamente seus espaços.

Nesse cenário, a violência de gênero e a invisibilidade do trabalho feminino revelam a urgência de políticas que promovam igualdade e protagonismo. Por fim, a mercantilização e elitização do açaí concentram renda em grandes grupos, esvaziando o caráter social e cultural do fruto e restringindo seus benefícios às comunidades que o sustentam há gerações.

Figura 8 - Distribuição dos Temas Abordados na Pesquisa da Cadeia do Açaí



Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

Para o público presente no debate, a informalidade e a precariedade aparecem como problemas centrais, evidenciando a fragilidade das condições de trabalho e a ausência de garantias legais na cadeia do açaí. Em seguida, a falta de políticas públicas e o domínio dos atravessadores revelam a carência de regulação estatal e a dependência de intermediários, que afetam diretamente a renda dos produtores.

Questões relacionadas ao apoio a mulheres, juventude rural, crédito e infraestrutura apontam barreiras estruturais que, embora menos visíveis individualmente, têm grande impacto sobre a organização e o desenvolvimento do setor. Problemas como impacto ambiental e valorização cultural, embora menos debatidos, permanecem estratégicos para a sustentabilidade da cadeia.

No geral, os desafios combinam aspectos sociais, econômicos e estruturais, exigindo uma abordagem integrada que envolva políticas públicas inclusivas, melhoria da infraestrutura, acesso ao crédito, valorização das comunidades tradicionais e promoção da sustentabilidade ambiental. O fortalecimento da cadeia do açaí no Baixo Tocantins — e em outras regiões do Pará — depende do reconhecimento e superação desses obstáculos, garantindo condições dignas de trabalho, justiça social e preservação cultural. Apenas um esforço coletivo entre governos, comunidades e demais atores poderá construir um modelo produtivo que respeite as especificidades locais e promova um desenvolvimento realmente sustentável.

Tabela 10 - Soluções propostas para a cadeia produtiva do Açaí na audiência em Abaetetuba

PROBLEMAS	DESCRÍÇÃO
INFORMALIDADE E FALTA DE REGULAÇÃO	Criar marco legal para o setor com justiça social; regularização; registro de produtores e batedores; inclusão no Cadastro Único e CAF
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	Garantir direitos trabalhistas; previdência social; políticas com recorte de gênero e raça; combater violência; formalização das atividades
FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Implementar políticas estruturantes; preços justos; apoio técnico; infraestrutura de transporte e escoamento; fomento à agroindustrialização comunitária
DOMINÂNCIA DOS ATRAVESSADORES	Regular mercado; certificar origem; rastreabilidade; fortalecer cooperativas; combater concentração de renda
AUSÊNCIA DE INCENTIVO À JUVENTUDE	Criar cooperativas para jovens; acesso à internet; capacitação técnica; incentivo à permanência no campo

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

FALTA DE CRÉDITO E APOIO FINANCEIRO	Desenvolver linhas de crédito específicas para mulheres, jovens, cooperativas; facilitar acesso; reduzir burocracia
IMPACTOS AMBIENTAIS	Criar zonas protegidas para produção agroextrativista; promover manejo sustentável; combater monocultura com agrotóxicos
FALTA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL	Criar editais culturais; fortalecer identidade e memória alimentar; educação vinculada à cadeia do açaí
CENTRALIZAÇÃO E BUROCRACIA	Fortalecer redes locais de apoio; descentralizar recursos; integrar políticas estaduais e municipais; garantir ações concretas e permanentes

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

5.3. FESTIVAL DO AÇAÍ: ESCUTA PRESENCIAL E CONEXÃO DIRETA COM A CADEIA PRODUTIVA

Figura 9 - Membros do GT do Açaí no estande da Comissão de Direitos Humanos durante o Festival



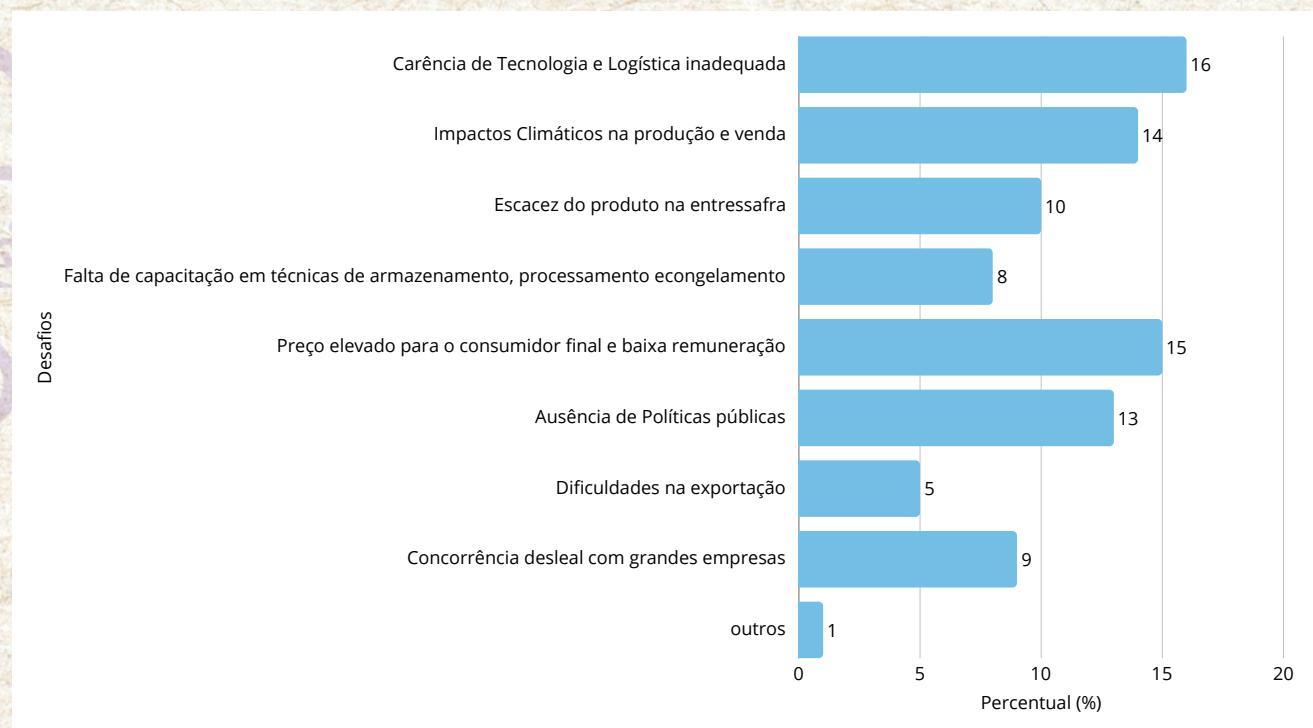
Foto: Assessoria Legislativa do Deputado Bordalo

O terceiro momento de escuta ocorreu durante o Festival do Açaí, realizado pelo Governo do Estado entre 12 e 14 de junho de 2025. Nesse evento, a Assembleia Legislativa, por meio do Grupo de Trabalho do Açaí (GT do Açaí), instalou um estande para dialogar diretamente com os diversos elos da cadeia produtiva — produtores rurais, microempreendedores, trabalhadores da colheita, batedores artesanais, representantes de comunidades extrativistas e consumidores.

A escolha do Festival como ponto de coleta de informações não foi casual: ele concentrou, em um único espaço, grande número de atores envolvidos na produção, beneficiamento e comercialização do açaí, permitindo captar uma amostra diversificada e representativa, com múltiplas perspectivas sobre oportunidades e desafios do setor.

O contato presencial foi fundamental para aprofundar a compreensão da cadeia do açaí, permitindo captar nuances, identificar questões sensíveis e registrar relatos ricos sobre seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Durante o festival, cento e oitenta e seis participantes foram entrevistados, abrangendo diversos segmentos, desde a produção e transformação até a comercialização e o consumo próprio do fruto, evidenciando a complexidade e a interdependência dos diferentes elos dessa cadeia produtiva. A seguir, apresentam-se os principais desafios apontados pelos entrevistados.

Figura 10 – Desafios Impactantes para a Cadeia Produtiva do Açaí no Pará

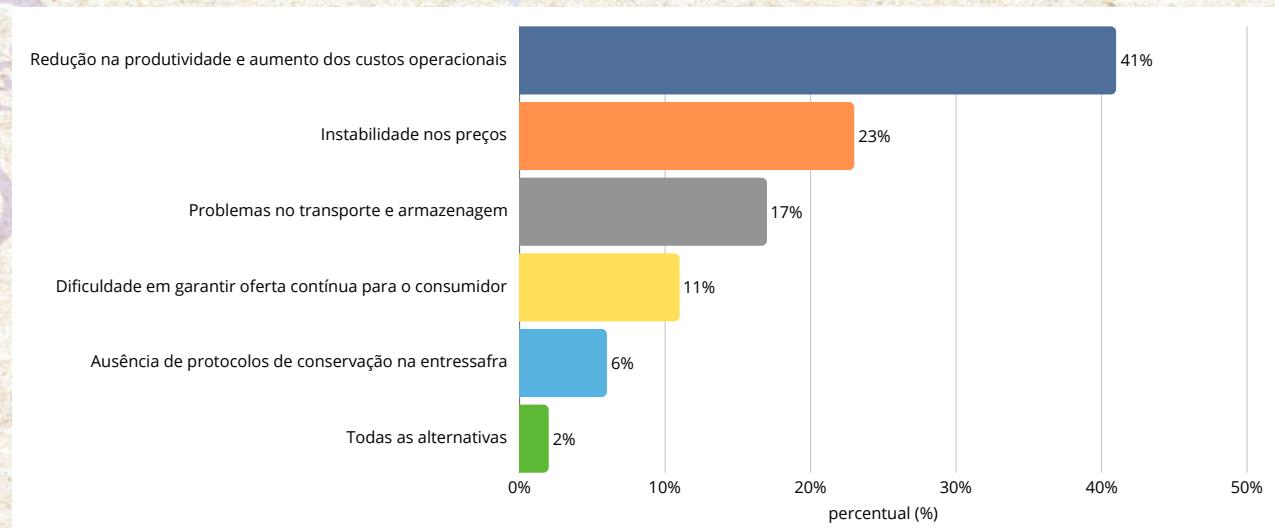


Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025.

O levantamento aponta que os principais desafios da cadeia do açaí no Pará concentram-se em quatro frentes de igual relevância (16% cada): carência de tecnologia e logística, preço elevado ao consumidor com baixa remuneração aos produtores e escassez na entressafra, refletindo insuficiência de infraestrutura, desigualdade na distribuição de valor e vulnerabilidade sazonal.

O impacto climático (13%) evidencia a sensibilidade da produção às variações ambientais, enquanto a falta de políticas públicas específicas (12%) e a ausência de capacitação em armazenamento e processamento artesanal (11%) mostram lacunas institucionais que limitam produtividade e competitividade. A concorrência com grandes empresas (10%) e as dificuldades na exportação (5%) reforçam desigualdade de acesso a mercados, e questões pontuais aparecem em menor escala (1%). De forma geral, o cenário indica a necessidade de intervenções integradas, combinando investimentos em infraestrutura e tecnologia, políticas de valorização da produção local, regulação de mercado e estratégias de mitigação de riscos climáticos. O equilíbrio entre eficiência e justiça na distribuição de renda é essencial para garantir a sustentabilidade econômica e social da cadeia, especialmente diante dos impactos da escassez sobre diferentes elos produtivos.

Figura 11 – Impactos da crise de abastecimento do açaí nas atividades de trabalho



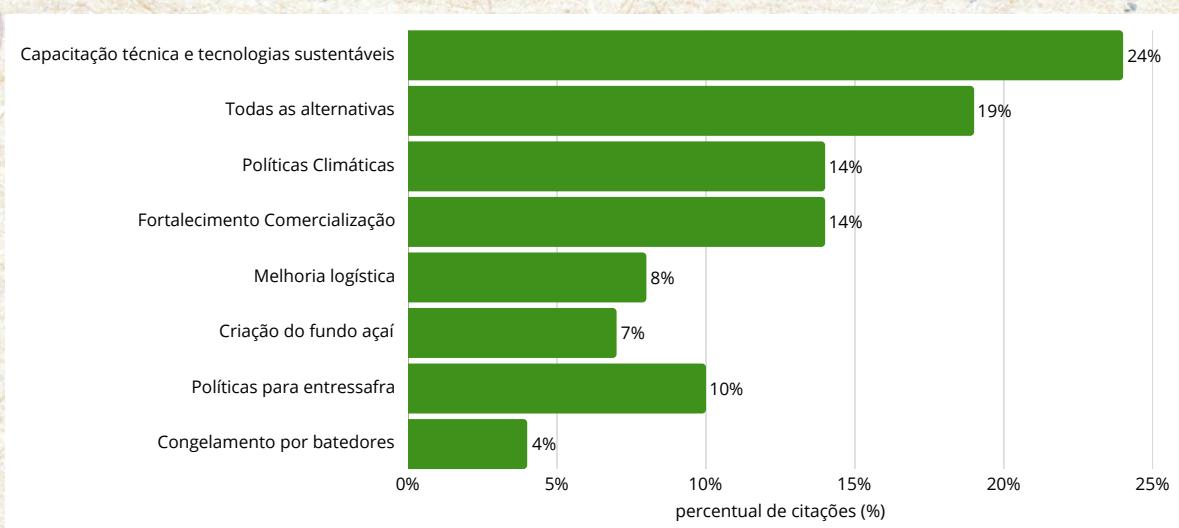
Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

O levantamento revela que os impactos mais significativos da crise na cadeia do açaí foram a redução de produtividade e o aumento dos custos operacionais, seguidos pela instabilidade nos preços e por problemas com transporte e armazenamento. Esses fatores evidenciam que a crise afeta principalmente a eficiência das operações, gera pressões financeiras e destaca vulnerabilidades logísticas, comprometendo rentabilidade, planejamento estratégico e competitividade.

Além desses pontos, os participantes também apontaram outros desafios relevantes, como a dificuldade em garantir oferta contínua ao consumidor, que pode afetar a confiança no produto e reduzir a competitividade da cadeia, e a ausência de protocolos de conservação na entressafra, que expõe lacunas técnicas e aumenta o risco de perdas e deterioração do açaí. Alguns relataram ainda que os impactos se manifestam de forma múltipla e simultânea, reforçando a complexidade dos problemas enfrentados pelos diferentes elos da cadeia.

O gráfico e a tabela a seguir apresentam a distribuição das medidas consideradas mais eficazes pelos atores da cadeia, permitindo identificar prioridades e orientar estratégias para enfrentar esses desafios.

Figura 12 – Alternativas apontadas como soluções para os desafios da cadeia do açaí



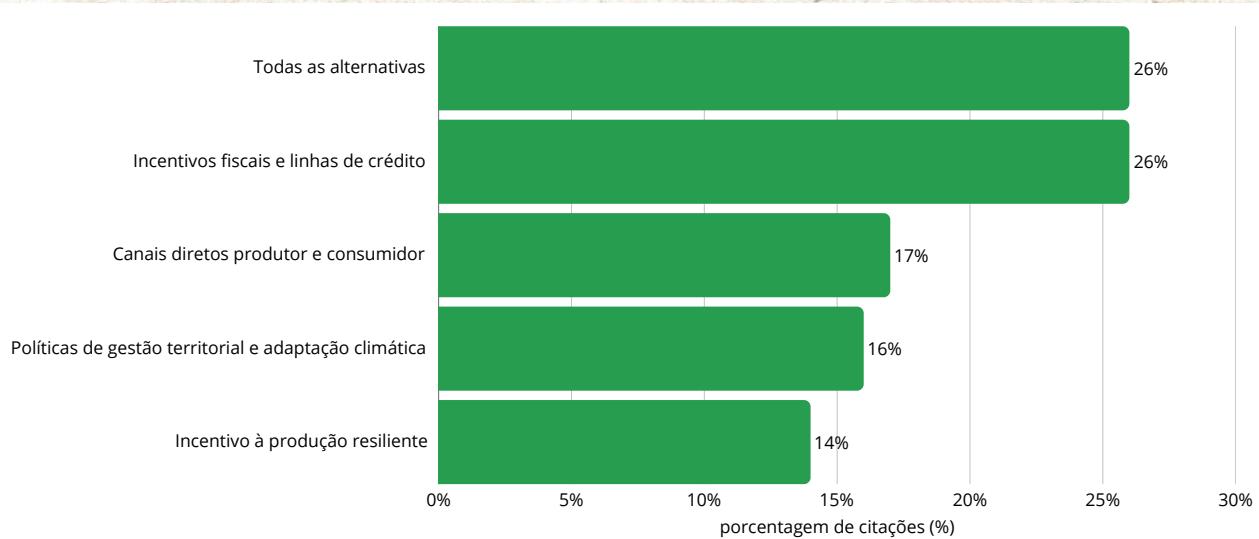
Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

A análise do gráfico revela que os respondentes priorizam principalmente a capacitação técnica e o uso de tecnologias sustentáveis (24%), indicando que conhecimento e inovação são vistos como essenciais para aumentar a eficiência produtiva, reduzir perdas e garantir sustentabilidade ambiental. Em seguida, a indicação de todas as alternativas (19%) mostra a percepção de que soluções isoladas não são suficientes, evidenciando a necessidade de ações integradas que articulem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Medidas relacionadas a políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas e fortalecimento da comercialização direta produtor-consumidor (14% cada) refletem preocupações simultâneas com sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica, buscando maior autonomia e retorno financeiro para os produtores. Em contraste, ações como melhoria da infraestrutura logística e criação do Fundo Açaí aparecem com menor destaque, assim como medidas sazonais e técnicas específicas, indicando que ações estruturais ou pontuais são vistas como complementares.

De forma crítica, os dados mostram uma prioridade clara por medidas que aumentem eficiência, sustentabilidade e autonomia econômica, enquanto iniciativas estruturais, financeiras ou sazonais recebem menor atenção, revelando potenciais lacunas de planejamento. Essa visão pragmática sugere que, sem equilibrar investimento em capacitação com políticas estruturais, financeiras e de regulação, os impactos sustentáveis a médio e longo prazo podem ser limitados, especialmente em logística, financiamento e manejo durante a entressafra.

Figura 13 – Estratégias propostas para fortalecer a comercialização do açaí



Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

Os resultados indicam que as prioridades predominantes dos respondentes são incentivos fiscais e linhas de crédito e canais diretos entre produtores e consumidores (26,9% cada), refletindo a preocupação com o fortalecimento econômico imediato e a criação de mecanismos de comercialização confiáveis. Medidas de cunho socioambiental, como gestão territorial sustentável, adaptação climática (16,1%) e respeito a territórios indígenas e tradicionais (14%), tiveram menor destaque, sugerindo uma percepção de curto prazo em que soluções econômicas imediatas são priorizadas.

Outras ações, como melhoria da infraestrutura logística, criação do Fundo Açaí, políticas para entressafra e apoio ao congelamento artesanal, foram mencionadas de forma menos frequente, indicando que, embora reconhecidas, são vistas como complementares.

De forma geral, os dados evidenciam que a prioridade dos atores da cadeia do açaí está em capacitação técnica, fortalecimento econômico e integração de medidas diversas, enquanto políticas estruturais, financeiras ou socioambientais são percebidas como secundárias. Isso reforça a necessidade de estratégias integradas que articulem sustentabilidade ambiental, eficiência técnica e retorno econômico, garantindo fortalecimento do setor a curto e longo prazo.

Tabela 11 - Alternativas para a comercialização sustentável do açaí

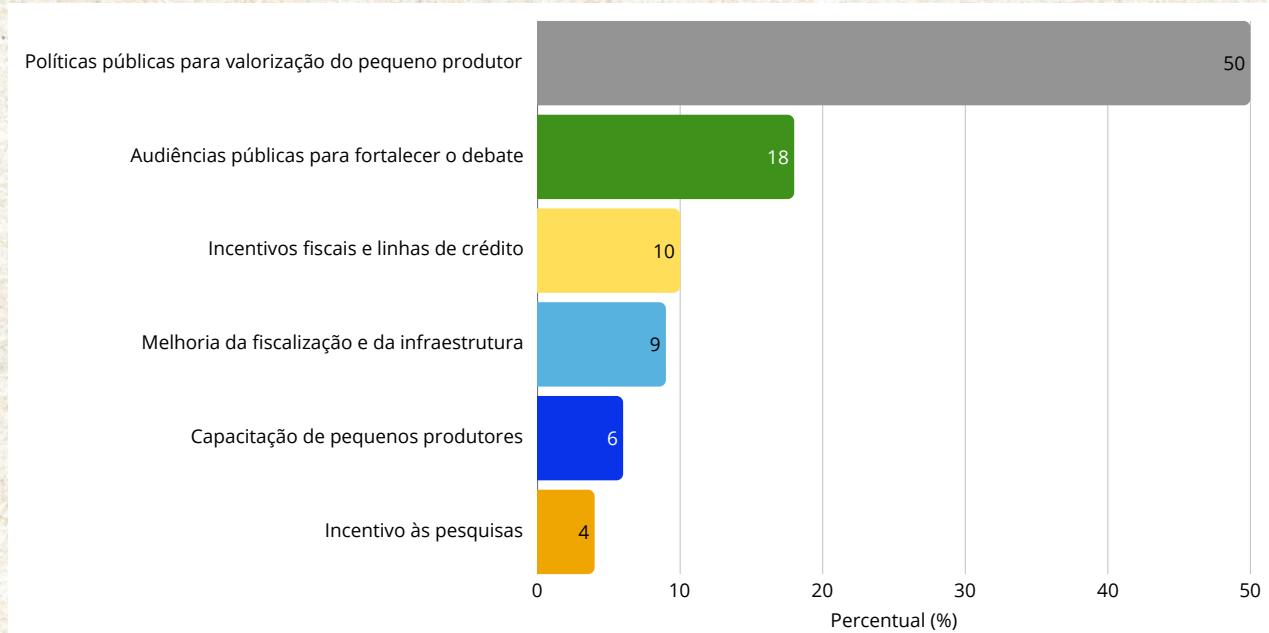
ALTERNATIVAS	PERCENTUAL
Todas as alternativas	26,90%
Incentivos fiscais e linhas de crédito para pequenos produtores e comerciantes	26,90%
Canais diretos e transparentes entre produtores e consumidores	17,40%
Políticas de gestão territorial sustentável e adaptação climática	16%
Incentivo à produção resiliente que respeite territórios indígenas e tradicionais	14%

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

Os dados indicam que os respondentes priorizam principalmente incentivos fiscais e linhas de crédito e abordagens integradas (“Todas as alternativas”), refletindo a valorização de apoio econômico e soluções combinadas para fortalecer a produção local. Medidas como canais diretos entre produtores e consumidores e gestão territorial sustentável e adaptação climática tiveram menor destaque, possivelmente por seus efeitos menos imediatos. Questões ligadas à preservação cultural e ambiental, como respeito a territórios indígenas e tradicionais, também receberam menor atenção, indicando baixa visibilidade ou prioridade percebida.

A escolha expressiva de soluções integradas sugere que os participantes reconhecem a necessidade de medidas combinadas, embora possa haver dificuldade em hierarquizar prioridades. A ausência de dados sobre o perfil dos respondentes limita a interpretação, pois diferentes grupos podem valorizar cada medida de forma distinta. A etapa discursiva da pesquisa trouxe ainda propostas concretas de como a Assembleia Legislativa pode apoiar a produção e comercialização sustentável do açaí.

Figura 14 – Prioridades Sugeridas para Incentivar a Produção e Comercialização do Açaí



Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

A pesquisa mostra que os participantes consideram a valorização do pequeno produtor como a ação mais importante que a Assembleia Legislativa do Pará pode adotar, priorizando resultados imediatos e visíveis para fortalecer sua posição na cadeia do açaí. Em seguida, destaca-se a realização de audiência pública, que evidencia a importância do engajamento social e da transparéncia, embora seja percebida como menos urgente que ações diretas.

Outras medidas estruturais, como incentivos fiscais, linhas de crédito, capacitação, fiscalização e pesquisa, tiveram menor destaque, indicando que ações de longo prazo são percebidas como secundárias, apesar de essenciais para sustentabilidade, inovação e desenvolvimento contínuo do setor.

De forma geral, os resultados sugerem a necessidade de equilibrar políticas imediatas de apoio direto aos produtores com ações estratégicas que fortaleçam a infraestrutura, a capacitação e a pesquisa, garantindo impactos duradouros e a competitividade da cadeia produtiva do açaí.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

EIXO 1

RECOMENDAÇÕES CONSOLIDADAS PARA A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ



Foto: Thais Peniche-Ascom Bordalo

6. CONTEXTUALIZAÇÃO

Os resultados apresentados nessa e nas próximas seções consolidam todo o conjunto de pesquisas e escutas realizadas durante os 120 dias de trabalho do Grupo de Trabalho do Açaí (GT do Açaí). Nos capítulos anteriores, cada atividade foi discutida de forma segmentada; agora, apresenta-se uma síntese abrangente dos dois eixos estruturantes do GT do Açaí, iniciando pelas recomendações relacionadas ao Eixo 1 – Produção, posteriormente, Eixo 2 – Comercialização. Durante a elaboração deste relatório, foi criado um eixo transversal, denominado assim por abordar temáticas que se inter-relacionam com os demais dois eixos, permeando-os de forma integradora.

Essa consolidação baseia-se em um processo metodológico participativo, que combinou, reuniões de trabalho com os integrantes do GT do Açaí, atividades de campo, pesquisas online, escutas ativas com produtores e lideranças comunitárias, revisão bibliográfica e sistematização de dados primários e secundários, atividades essas, realizadas pelas Comissões técnicas de cada Eixo e pela Coordenação do GT. Dessa forma, garante-se que as recomendações resultem de um diagnóstico amplo, construído de maneira colaborativa e fundamentado em múltiplas fontes de informação.

O Eixo 1, está estruturado em nove grandes blocos temáticos e apresenta as principais recomendações políticas, técnicas e institucionais que emergiram ao longo do processo por bloco, vejamos:

- Bloco Temático I: Segurança no campo, ações de pirataria e crime organizado
- Bloco Temático II : Capacitação técnica e escolas agrícolas
- Bloco Temático III: Acesso a recursos e financiamentos
- Bloco Temático IV: Verticalização e novos produtos
- Bloco Temático V: Selo roxo do açaí do Pará
- Bloco Temático VI: Certificação orgânica do açaí
- Bloco Temático VII: Criação do Fundo açaí
- Bloco Temático VIII - Gestão Sustentável da Outorga da Água
- Bloco Temático IX - Exploração do Trabalho infantil na cadeia produtiva

Destacamos que cada bloco temático possui intersecção com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o que revela não apenas o potencial transformador das políticas públicas para a cadeia produtiva do açaí, mas também expõe as contradições sociais e históricas que perpetuam desigualdades na Amazônia. Em síntese, os blocos temáticos mostram que alcançar os ODS na Amazônia exige muito mais que boas intenções: demanda enfrentar a desigualdade estrutural, descentralizar o poder e colocar os territórios e seus povos no centro das decisões. Caso contrário, continuaremos falando de desenvolvimento sustentável em salas refrigeradas, enquanto o ribeirinho segue navegando sozinho entre o crime, a pobreza e a omissão do Estado.

6.1 BLOCO TEMÁTICO I: SEGURANÇA NO CAMPO, AÇÕES DE PIRATARIA E CRIME ORGANIZADO

"A gente vive com medo. Já assaltaram nosso barco com o açaí duas vezes. A gente trabalha o mês todo e perde tudo em minutos" (Produtor de Açaí).

A segurança no campo, especialmente em áreas ribeirinhas e de várzea do Baixo Tocantins e do Marajó, é uma das maiores preocupações dos produtores de açaí. A baixa presença policial nessas regiões tem permitido o crescimento de atividades criminosas, como pirataria fluvial, roubo de cargas, narcotráfico e intimidação de trabalhadores. A pirataria fluvial é recorrente, com embarcações interceptadas durante o transporte do açaí, uso de armas de fogo e sequestros relâmpago, gerando medo constante entre as famílias, especialmente na safra, quando o produto tem alto valor agregado. Esse contexto causa prejuízos financeiros, abandono de áreas produtivas, descontinuidade da atividade extrativista e, em alguns casos, migração forçada para centros urbanos.

Além da pirataria, há registros de roubos em unidades familiares, invasões de áreas produtivas e pressão de facções locais. A ausência de infraestrutura policial, como lanchas rápidas, rádios de comunicação e efetivo qualificado, agrava a situação, deixando os produtores em vulnerabilidade e muitas vezes sem registrar denúncias por medo de represálias. Segundo um produtor entrevistado em Abaetetuba: “*A gente vive com medo. Já assaltaram nosso barco com o açaí duas vezes. A gente trabalha o mês todo e perde tudo em minutos.*”

O contexto de insegurança relatado acima tem provocado prejuízos financeiros significativos, abandono de áreas produtivas, descontinuidade da atividade extrativista e, em alguns casos, migração forçada para centros urbanos.

Tabela 12 – Recomendações acerca da segurança no campo, ações de pirataria e crime organizado

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS	OBJETIVOS/RESULTADOS ESPERADOS	ATORES RESPONSÁVEIS	ODS RELACIONADOS
1) Programa Estadual de Segurança Rural e Fluvial com bases fluviais e patrulhamento regular			
2) Instalação de Delegacias fluviais comunitárias			ODS 1 – Erradicação da Pobreza, ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 10 – Redução das Desigualdades, ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes
3) Monitoramento remoto (drones, câmeras)	Redução da criminalidade, proteção de produtores e fortalecimento da logística produtiva.	SEGUP, SEDAP, Polícias Militar e Civil, Marinha, Ministério Público, Conselhos Territoriais.	
4) Integração de dados entre órgãos de segurança e justiça			
5) Capacitação de lideranças comunitárias em protocolos de segurança			

6) Criação do Fundo emergencial para vítimas de pirataria.	Redução da criminalidade, proteção de produtores e fortalecimento da logística produtiva.	SEGUP, SEDAP, Polícias Militar e Civil, Marinha, Ministério Público, Conselhos Territoriais.	ODS 1 – Erradicação da Pobreza, ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 10 – Redução das Desigualdades, ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes
7) Audiência pública com SEGUP e comunidades afetadas.			

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.2 BLOCO TEMÁTICO II: CAPACITAÇÃO TÉCNICA E ESCOLAS AGRÍCOLAS

"A gente queria estudar sobre o que a gente vive, plantar, cuidar do açaí, fazer outros produtos, mas aqui só tem escola até o ensino fundamental, algumas de ensino médio. Depois tem que sair, e nem sempre dá certo."

A qualificação técnica das populações envolvidas na cadeia do açaí, especialmente agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e juventudes rurais, foi apontada como um dos pilares mais urgentes para o fortalecimento sustentável da produção. Durante as visitas e escutas realizadas em localidades como Abaetetuba, Igarapé-Miri, Ilhas de Belém, São Domingos do Capim e Marajó, ficou evidente a ausência de formação profissional contínua voltada às especificidades da agricultura amazônica, da biodiversidade e da bioeconomia do açaí.

A qualificação técnica das populações envolvidas na cadeia do açaí, especialmente agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e juventudes rurais, foi apontada como um dos pilares mais urgentes para o fortalecimento sustentável da produção. Durante as visitas e escutas realizadas em localidades como Abaetetuba, Igarapé-Miri, Ilhas de Belém, São Domingos do Capim e Marajó, ficou evidente a ausência de formação profissional contínua voltada às especificidades da agricultura amazônica, da biodiversidade e da bioeconomia do açaí.

Os entrevistados relataram que os poucos cursos ofertados não têm continuidade, estão distantes das comunidades e, muitas vezes, são ministrados com metodologias inadequadas, sem articulação com as realidades socioculturais locais. A juventude rural, em especial, expressou frustração pela falta de opções para estudar sem precisar migrar para centros urbanos, o que tem contribuído para o êxodo rural e a desestruturação das práticas produtivas tradicionais.

Segundo relato de uma jovem produtora do Marajó: "A gente queria estudar sobre o que a gente vive, plantar, cuidar do açaí, fazer outros produtos, mas aqui só tem escola até o ensino fundamental, algumas de ensino médio. Depois tem que sair, e nem sempre dá certo."

Essa lacuna na educação técnica rural compromete a adoção de boas práticas de manejo de sistemas agroflorestais (SAFs), a sanidade da produção, a rastreabilidade, e o acesso a políticas públicas que exigem certo grau de qualificação formal, como o crédito rural e as certificações socioambientais.

Outro ponto crítico é a falta de capacitação voltada à transformação agroindustrial do açaí, etapa fundamental para a verticalização da produção e a geração de valor agregado nos próprios territórios produtores. Muitos agricultores demonstraram interesse em aprender a fabricar polpa pasteurizada, sorvetes, cosméticos, vinagres, produtos panificáveis e bioinsumos, mas encontram barreiras técnicas e burocráticas para iniciar esses empreendimentos.

Tabela 13 – Recomendações para garantir capacitação técnica e escolas agrícolas

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS	OBJETIVOS/RESULTADOS ESPERADOS	ATORES RESPONSÁVEIS	ODS RELACIONADOS
1) Instituir o Plano Estadual de Formação Técnica para o Açaí			
2) Criação de Escolas técnicas rurais agroambientais			
3) Criação de Centros Itinerantes (barcos-escola, unidades móveis)			ODS 4 – Educação de Qualidade,
4) Estruturar currículos contextualizados sobre manejo sustentável, sanidade, agroindustrialização e empreendedorismo	Formação técnica contínua, redução do êxodo rural, inovação produtiva e valorização dos saberes tradicionais	SECTET, SEDAP, EMATER, IFPA, UFPA, SENAR, Prefeituras, Conselhos de Educação Rural	ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico,
5) Criação de Programas de bolsas para jovens e mulheres rurais			ODS 10 – Redução das Desigualdades,
6) Instalação de Fórum Permanente de Educação do Campo para o Açaí			ODS 15 – Vida Terrestre

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.3 BLOCO TEMÁTICO III: ACESSO A RECURSOS E FINANCIAMENTOS

"A gente tem vontade de melhorar a produção, plantar mais, cuidar melhor. Mas o banco não entende o nosso tempo. E sem projeto técnico, ninguém aprova nada"

O acesso a recursos financeiros e linhas de crédito compatíveis com a realidade dos pequenos e médios produtores da cadeia do açaí foi um dos gargalos mais recorrentes nas entrevistas e visitas técnicas realizadas nos municípios e comunidades de várzea do Pará. Agricultores familiares, cooperativas, extrativistas e empreendedores rurais relataram dificuldades históricas para obter financiamento adequado para investimento em plantio, replantio, manejo, irrigação, mecanização leve, beneficiamento e agregação de valor ao fruto. Entre as principais dificuldades relatadas pelos produtores, destacam-se:

- a. **Altas taxas de juros**, mesmo em programas destinados à agricultura familiar, tornando o crédito inviável frente aos riscos da produção e à instabilidade do mercado do açaí;
- b. **Burocracia excessiva** para obtenção dos recursos, com exigências documentais frequentemente incompatíveis com a realidade das populações tradicionais e ribeirinhas, como titularidade de terra, certidões atualizadas e projetos técnicos formais;
- c. **Falta de assistência técnica especializada** na elaboração de projetos de crédito e prestação de contas, dificultando o acesso ao sistema financeiro e ocasionando reprovação de propostas;
- d. **Demora na liberação dos recursos**, incompatível com os ciclos biológicos do açaizeiro e os calendários produtivos das comunidades da várzea;
- e. **Invisibilidade das especificidades do extrativismo**, não contempladas nos modelos padronizados de financiamento rural.

Essas barreiras resultam em subfinanciamento crônico da cadeia do açaí, restringem a modernização das práticas produtivas, aumentam a dependência de atravessadores e colocam os pequenos produtores em situação de vulnerabilidade econômica, principalmente em contextos de entressafra ou variações de preço no mercado. Conforme relato de um produtor da Ilha das Onças:

"A gente tem vontade de melhorar a produção, plantar mais, cuidar melhor. Mas o banco não entende o nosso tempo. E sem projeto técnico, ninguém aprova nada." Outro agricultor de Igarapé-Miri reforçou: *"Quando o crédito chega, já passou a hora. E às vezes a gente nem entende os papéis que pedem."*

Tabela 14 – Recomendações para garantir o acesso a recursos e financiamentos

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS	OBJETIVOS/RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	ODS RELACIONADOS
Linhas de crédito para manejo sustentável de açaizais, com prazos compatíveis e carência mínima de dois anos	Garantir acesso a recursos alinhados ao ciclo produtivo, promovendo sustentabilidade e aumento da produção	SEDAP, BASA, MAPA, cooperativas locais	ODS 2, ODS 8, ODS 15
Taxas de juros subsidiadas para agricultura familiar, povos tradicionais e cooperativas	Tornar o crédito financeiramente viável e fortalecer a inclusão econômica	Governo do Estado, SEDAP, BASA, associações	ODS 1, ODS 8, ODS 10
Crédito para infraestrutura comunitária: casas de farinha, unidades de pasteurização, transporte e energia renovável	Apoiar a verticalização e agregação de valor à produção	SEDAP, EMATER, SEDEME, cooperativas	ODS 7, ODS 8, ODS 9

Assistência técnica vinculada ao crédito, do planejamento à execução	Garantir sucesso técnico e sustentabilidade dos projetos	EMATER, universidades, ONGs, SEDAP	ODS 2, ODS 8, ODS 15
Reconhecimento da DAP e CAF como documentos válidos	Facilitar acesso ao crédito e reduzir barreiras burocráticas	SEDAP, BASA, MAPA	ODS 10, ODS 16
Linhas específicas para mulheres, jovens rurais e povos tradicionais, com acesso simplificado	Promover inclusão social, equidade de gênero e fortalecimento da participação local	SEDAP, SEASTER, cooperativas, ONGs	ODS 5, ODS 8, ODS 10

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.4 BLOCO TEMÁTICO IV: VERTICALIZAÇÃO E NOVOS PRODUTOS

A cadeia produtiva do açaí no Pará enfrenta limitações na verticalização, especialmente entre agricultores familiares, extrativistas e cooperativas, com a maior parte da produção restrita ao fruto in natura ou semiprocessado. Essa situação mantém a dependência de atravessadores, reduz a geração de renda e dificulta a diversificação econômica. Levantamentos em municípios como Castanhal, Ananindeua, Ilhas de Belém, Igarapé-Miri e Marajó indicam o interesse dos produtores em ampliar suas atividades, mas obstáculos tecnológicos, financeiros, logísticos e regulatórios limitam o avanço.

A falta de tecnologias acessíveis para agregar valor ao açaí, somada à carência de capacitação em agroindustrialização, boas práticas de fabricação, adequação sanitária e certificações, impede o acesso a mercados institucionais e internacionais. Para enfrentar essas barreiras, recomenda-se a implementação de um Programa de Verticalização Comunitária da Cadeia do Açaí, que pode fortalecer a autonomia produtiva das comunidades e consolidar a cadeia como vetor estratégico da bioeconomia amazônica, promovendo oportunidades econômicas sustentáveis.

Tabela 15 – Recomendações técnicas para verticalização e novos Produtos

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS	OBJETIVOS/RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	ODS RELACIONADOS
1) Programa de Verticalização Comunitária da Cadeia do Açaí			ODS 1 – Erradicação da Pobreza: ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável:
2) Miniusinas agroindustriais comunitárias	Agregação de valor, diversificação de produtos e geração de renda local	SEDAP, SEDEME, SEASTER, Universidades, Cooperativas, Associações Produtivas	ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico:
3) Capacitação em processamento, certificações e gestão			ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis:
4) Roteiros tecnológicos para aproveitamento integral do fruto			ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação:

5) Apoio a marcas coletivas e certificações (Selo Roxo, Indicação Geográfica)			
6) Editais de inovação social e tecnológica			
7) Integração com PAA e PNAE			

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.5 BLOCO TEMÁTICO V: SELO ROXO DO AÇAÍ DO PARÁ

A criação do Selo Roxo do Açaí do Pará surge como uma iniciativa estratégica no âmbito do Eixo 1 do GT do Açaí, inspirada em experiências como o Selo Verde da pecuária sustentável e certificações de origem de produtos da sociobiodiversidade. Seu objetivo é certificar práticas responsáveis, éticas e ambientalmente sustentáveis ao longo de toda a cadeia, assegurando rastreabilidade e valorização socioambiental do fruto.

Produtores, batedores, indústrias e pesquisadores demonstraram consenso sobre a necessidade de qualificar e diferenciar o açaí paraense, cuja reputação superior em sabor e valor nutricional tem sido prejudicada pela falta de padronização, rastreabilidade e controle social.

O selo busca responder a demandas crescentes por transparência e sustentabilidade, incorporando diretrizes como: rastreabilidade territorial, proibição do trabalho infantil e escravo, boas práticas agroextrativistas e sanitárias, valorização de mulheres e jovens rurais, manejo sustentável dos açaizais, gestão adequada de resíduos, bioeconomia circular e governança participativa. Ao integrar essas dimensões, o Selo Roxo pretende fortalecer a competitividade do açaí paraense, garantindo reconhecimento nacional e internacional e consolidando o Pará como referência em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Tabela 16 - Recomendações acerca do Selo Roxo do Açaí do Pará

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS	OBJETIVOS/RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	ODS RELACIONADOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Decreto estadual instituindo o Selo 2. Comitê Gestor Multissetorial 3. Sistema digital de rastreabilidade (QR Code) 4. Capacitação de auditores e extensionistas 5. Campanhas de comunicação ao consumidor 6. Integração com certificações existentes (orgânicos, fair trade, IG) 	<p>Garantia de qualidade, rastreabilidade e valorização socioambiental do açaí paraense no mercado nacional e internacional</p>	<p>SEDAP, ADEPARÁ, EMATER, SEASTER, Universidades, Comitê Gestor do Selo</p>	<p>ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico:</p> <p>ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>ODS 15 – Vida Terrestre:</p> <p>ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes</p>

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.6 BLOCO TEMÁTICO VI: CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA DO AÇAÍ

A busca pela certificação orgânica do açaí representa um passo estratégico para elevar o padrão de qualidade da produção, valorizar o trabalho dos produtores e ampliar a inserção do fruto em mercados nacionais e internacionais. Este eixo temático propõe ações integradas que garantam boas práticas de manejo, sustentabilidade ambiental e rastreabilidade, fortalecendo a competitividade da cadeia do açaí. Ao alinhar-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça também o compromisso com o meio ambiente, a inclusão social e a certificação orgânica vão além da produção e da comercialização — ela cria uma camada de credibilidade, diferenciação competitiva e sustentabilidade ambiental, sendo um eixo transversal que fortalece toda a cadeia.

Tabela 17 - Recomendações para Certificação orgânica do Açaí

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS	OBJETIVOS/RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	ODS RELACIONADOS
Capacitar produtores em práticas agroecológicas e requisitos para certificação orgânica	Garantir conformidade com normas de produção orgânica e aumentar a adesão de produtores certificados	Emater, Senar, Associações e Cooperativas	ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
Criar linhas de crédito e incentivos financeiros específicos para a certificação	Reducir custos do processo de certificação e viabilizar adesão de pequenos produtores	Governo Estadual, Bancos Públicos (BASA, BNDES), MAPA	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 10 (Redução das Desigualdades)

Estabelecer parcerias com certificadoras reconhecidas nacional e internacionalmente	Ampliar a credibilidade do açaí no mercado e facilitar a entrada em novos nichos	MAPA, Sebrae, Certificadoras Credenciadas	ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)
Desenvolver campanhas de promoção e valorização do açaí orgânico	Sensibilizar consumidores e agregar valor ao produto certificado	Secretarias de Agricultura, Sebrae, Associações Comerciais	ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 15 (Vida Terrestre)

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.7 BLOCO TEMÁTICO VII: CRIAÇÃO DO FUNDO AÇAÍ

A criação do **Fundo Estadual do Açaí do Pará (Fundo Açaí)** foi identificada como medida estratégica para assegurar financiamento contínuo, coordenado e descentralizado das ações voltadas ao fortalecimento sustentável da cadeia produtiva do açaí no estado. Inspirado em experiências como o **FUNCACAU**, o Fundo Açaí objetiva institucionalizar uma fonte estável de recursos públicos e privados, com governança participativa, transparência e alinhamento a políticas públicas específicas do setor.

As consultas realizadas com agricultores familiares, batedores artesanais, indústrias, cooperativas e pesquisadores revelaram amplo apoio à proposta, destacando-se a importância de um mecanismo independente de ciclos político-partidários, capaz de garantir a continuidade de programas de produção, beneficiamento, inovação tecnológica, rastreabilidade e certificação.

Adicionalmente, o fundo possibilitaria maior agilidade orçamentária, integrando diferentes fontes de recursos e viabilizando respostas rápidas a emergências produtivas, além de fomentar tecnologias sociais, apoiar a juventude rural e fortalecer organizações comunitárias e produtivas, contribuindo para a consolidação da bioeconomia do açaí no Pará.

Tabela 18 - Recomendações para criação do Fundo Açaí

Recomendações Técnicas e Políticas	Objetivos/Resultados esperados	Atores responsáveis	ODS relacionadas
1) Lei estadual criando o Fundo Açaí			
2) Conselho Gestor paritário (sociedade civil, setor produtivo, poder público e universidades)			ODS 1 – Erradicação da Pobreza ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável
3) Editais transparentes e regulares para seleção de projetos	Sustentabilidade financeira, planejamento de longo prazo e autonomia na execução de políticas para a cadeia do açaí	ALEPA, SEDAP, SEMAS, SEASTER, Organizações Comunitárias, Cooperativas, Organismos Internacionais	ODS 10 – Redução das Desigualdades ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação
4) Financiamento de capacitação, pesquisa, inovação e preservação ambiental			
5) Fontes de recursos: Taxa de Fomento, ICMS Verde, emendas, fundos internacionais, contrapartidas privadas			

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.8 BLOCO TEMÁTICO VIII - GESTÃO SUSTENTÁVEL DA OUTORGA DA ÁGUA NA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ

A disponibilidade e a gestão sustentável da água representam elementos centrais para a manutenção e o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí no Estado do Pará. A segurança hídrica não apenas assegura a continuidade da produção, mas também contribui para a mitigação de riscos associados à variabilidade climática e à degradação ambiental. A implementação de práticas de manejo eficiente, aliada à capacitação de produtores e à articulação com políticas públicas, permite a promoção de uma produção resiliente, sustentável e socialmente inclusiva. Além disso, a integração dessas medidas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável evidencia a relevância de uma abordagem que considere simultaneamente a segurança alimentar, a conservação ambiental e a justiça social.

A efetividade das ações depende, portanto, de parcerias estratégicas entre órgãos governamentais, associações de produtores, comunidades locais e instituições de pesquisa, de modo a garantir a gestão responsável da água como recurso essencial para a sustentabilidade econômica, ambiental e social da cadeia do açaí.

Tabela 19 - Recomendações consolidadas sobre a Gestão Sustentável da Outorga da Água na Cadeia Produtiva do Açaí

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS	OBJETIVOS/RESULTADOS ESPERADOS	ATORES RESPONSÁVEIS	ODS RELACIONADOS
Garantir a outorga da água para a produção de açaí por meio do mapeamento de	Garantir o abastecimento de água de forma contínua e sustentável, minimizando	Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	ODS 6- Água potável e saneamento;

<p>fontes hídricas, manejo sustentável, captação de água da chuva e uso eficiente nos processos de produção, aliado à capacitação de produtores e batedores</p>	<p>desperdícios e aumentando a eficiência no uso da água. Ao mesmo tempo, preservar os ecossistemas, promover uma produção resiliente e de qualidade, reduzir o consumo excessivo e garantir a sustentabilidade ambiental em toda a cadeia produtiva</p>		<p>ODS 12-Consumo e produção responsáveis; ODS 13-ação contra a mudança global do clima</p>
<p>Incentivar a implantação de tecnologias sustentáveis de gestão da água, como sistemas de irrigação de baixo consumo, tratamento e reuso da água nos processos de produção e conservação de áreas de recarga hídrica</p>		<p>Produtores, cooperativas, empresas de tecnologia agrícola, órgãos de extensão rural e institutos de pesquisa</p>	
<p>Integrar a gestão hídrica à política estadual de desenvolvimento sustentável da cadeia do açaí, incluindo mecanismos de monitoramento, incentivos financeiros e articulação entre governo, setor produtivo e comunidades locais</p>	<p>Fortalecer governança hídrica, promover uso responsável da água e aumentar resiliência da produção frente à variabilidade climática</p>	<p>Governo estadual, secretarias de planejamento, agricultura e meio ambiente, associações de produtores e comunidades tradicionais</p>	<p>ODS 6, ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 13, ODS 17 – Parcerias e meios de implementação</p>

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

6.9 BLOCO TEMÁTICO IX-EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA CADEIA PRODUTIVA

O Pará, responsável por cerca de 90% da produção nacional de açaí, enfrenta uma grave chaga social: a exploração infantil na cadeia produtiva do fruto. Crianças e adolescentes, muitas vezes em idade escolar, são submetidos a atividades perigosas, como escalada de palmeiras, transporte de cargas pesadas e longas jornadas, colocando em risco sua saúde, segurança e desenvolvimento integral. Essa realidade é consequência da precariedade socioeconômica, da falta de alternativas de renda para as famílias e do acesso limitado à educação em comunidades rurais e ribeirinhas.

É importante destacar que o trabalho infantil não apenas compromete o crescimento físico e psicológico das crianças, mas também perpetua o ciclo de pobreza e exclusão social, configurando uma violação grave de direitos fundamentais.

A urgência em enfrentar essa chaga tem sido reforçada pela **Clínica de Trabalho Escravo da UFPA**, que atua junto ao Grupo de Trabalho do Açaí (GT do Açaí) da ALEPA, oferecendo suporte técnico e jurídico para a formulação de políticas de prevenção e combate. Além disso, o Ministério Público do Trabalho e o TRT-8^a Região intensificam a fiscalização e a atuação judicial, buscando proteger crianças e adolescentes e garantir que a produção do açaí não continue sustentada sobre a exploração infantil.

Tabela 20 - Recomendações para combater a Exploração do Trabalho infantil na cadeia produtiva do açaí

Recomendações Técnicas e Políticas	Objetivos/Resultados Esperados	Atores responsáveis	ODS relacionados
Implementar medidas rigorosas de prevenção e combate ao trabalho infantil na cadeia produtiva do açaí no Pará, garantindo a proteção integral das crianças e adolescentes.	Proteger integralmente crianças e adolescentes contra trabalho infantil Garantir acesso à educação de qualidade Promover condições de trabalho decente e segura para adultos Reduzir desigualdades socioeconômicas Fortalecer instituições de proteção e fiscalização	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/PA) - Ministério Público do Trabalho (MPT) - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) - Clínica de Trabalho Escravo da UFPA - Conselhos Tutelares e CMDCA - Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) - Ministério da Educação (MEC) - Organizações da sociedade civil e cooperativas locais	ODS 1 – Erradicação da Pobreza ODS 4 – Educação de Qualidade ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico ODS 10 – Redução das Desigualdades ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Fonte: Pesquisa própria realizada pelo GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

A síntese dos resultados apresentados pelo Grupo de Trabalho do Açaí evidencia que a cadeia produtiva do fruto no Pará é marcada por complexidades socioeconômicas, ambientais e institucionais que vão muito além da simples produção ou comercialização.

A análise dos nove blocos temáticos revela que os desafios enfrentados pelos produtores não são problemas isolados, mas sim sintomas de desigualdades históricas e estruturais que se perpetuam na Amazônia.

No Bloco I, a insegurança no campo e a pirataria fluvial expõem a ausência histórica do Estado em áreas ribeirinhas e de várzea. A violência não apenas compromete a renda e a segurança dos trabalhadores, mas impede o pleno exercício da cidadania, refletindo a distância entre a legislação e sua efetividade concreta. Este cenário denuncia que a paz e a justiça (ODS 16) não podem ser metas abstratas enquanto o ribeirinho navega diariamente entre o medo, a vulnerabilidade econômica e a omissão institucional.

A falta de educação técnica adequada (Bloco II) e o acesso limitado a crédito e financiamento (Bloco III) demonstram como a exclusão estrutural impede que a juventude rural se torne protagonista da bioeconomia amazônica. A centralização de políticas, a padronização do sistema financeiro e a desarticulação institucional agravam desigualdades históricas, mantendo produtores à margem do desenvolvimento, mesmo quando detêm conhecimento ancestral e vocação produtiva.

A verticalização e a criação de novos produtos (Bloco IV), bem como iniciativas como o Selo Roxo (Bloco V) e a certificação orgânica (Bloco VI), mostram o potencial transformador da cadeia do açaí. Contudo, sem governança sólida, participação comunitária efetiva e políticas de inclusão, tais instrumentos correm o risco de se tornar meros símbolos administrativos, incapazes de gerar impactos reais na vida das comunidades.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

O Fundo Açaí (Bloco VII) e a gestão sustentável da água (Bloco VIII) reforçam a necessidade de políticas integradas, que considerem simultaneamente sustentabilidade ambiental, resiliência produtiva e justiça social. No entanto, a eficácia dessas ações depende de uma abordagem centrada nos territórios, respeitando os ciclos naturais, as tradições locais e a diversidade sociocultural dos povos amazônicos.

Finalmente, a exploração do trabalho infantil (Bloco IX) evidencia a dimensão ética e social da produção de açaí. A violação de direitos fundamentais não é apenas uma chaga econômica, mas um reflexo da persistência de desigualdades estruturais, da ausência de políticas públicas efetivas e da precariedade da proteção social. O enfrentamento desse problema é condição sine qua non para que o desenvolvimento da cadeia seja verdadeiramente sustentável e inclusivo.

Em suma, a análise crítica evidencia que alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia não se limita à formulação de políticas públicas ou à implementação de instrumentos técnicos. Exige, acima de tudo, enfrentamento da desigualdade estrutural, descentralização do poder, fortalecimento da governança territorial e valorização dos saberes e práticas das comunidades locais. Sem essa abordagem, o desenvolvimento sustentável permanecerá distante da realidade concreta, transformando-se em discurso formal, enquanto os ribeirinhos continuam navegando entre crime, pobreza e omissão do Estado.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

EIXO 2

RECOMENDAÇÕES CONSOLIDADAS PARA A CADEIA COMERCIAL DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ



Foto: Cícero Pedrosa Neto-Amazônia Real

7. CONTEXTUALIZANDO

A comercialização do açaí constitui etapa estratégica para o fortalecimento da cadeia produtiva, garantindo renda aos batedores, estabilidade de preços para consumidores e valorização cultural do fruto. Este eixo aborda os principais desafios e propostas estruturantes, organizados em cinco blocos temáticos que abrangem preço, organização dos agentes, infraestrutura, qualidade e políticas públicas de apoio, vejamos:

- Bloco Temático I – Comercialização e Preço
- Bloco Temático II – Organização dos Batedores e Comerciantes
- Bloco Temático III – Infraestrutura e Logística da Comercialização
- Bloco Temático IV – Qualidade, Rastreabilidade e Mercado
- Bloco Temático V – Políticas Públicas de Apoio à Comercialização

7.1 BLOCO TEMÁTICO I: COMERCIALIZAÇÃO E PREÇO

A dinâmica de preços do açaí influencia diretamente a sustentabilidade econômica de toda a cadeia. Propõe-se a implantação de uma política de preço mínimo para o açaí beneficiado, assegurando remuneração justa aos produtores. A inclusão do produto nos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) estabelece mercado fixo para batedores e comerciantes, promovendo previsibilidade de vendas.

O apoio a feiras, boxes e mercados urbanos visa fortalecer a venda direta, reduzindo a dependência de intermediários. Para evitar a saída predatória do fruto in natura, sugere-se regulação da exportação, estimulando o processamento local e o abastecimento interno.

Incentivos fiscais e linhas de crédito específicas para pequenos comerciantes e feirantes fortalecem o capital de giro e a capacidade de investimento. Medidas adicionais, como a criação do “Defeso do Açaí”, possibilitam compensar perdas na entressafra, mantendo preços justos; enquanto subsídios para abastecimento local evitam escassez e aumentos excessivos no preço ao consumidor final.

Tabela 21-Criação de uma política de preço mínimo

Recomendações	Objetivos/Resultados Esperados	Órgãos Responsáveis	ODS relacionados
1) Implantação de uma Política de preço mínimo para o açaí beneficiado	Garantir preços estáveis e proteger a renda de produtores e comerciantes de açaí, fortalecendo a economia local, incentivando o beneficiamento, priorizando o abastecimento regional e assegurando segurança alimentar e acesso a recursos durante a entressafra	Governo do Estado (SEDAP), CONAB, ALEPA	ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 8 (Trabalho Decente)
2) Inclusão do açaí nos programas PAA e PNAE		MDS, FNDE, Prefeituras Municipais	ODS 2 (Fome Zero), ODS 12 (Consumo Responsável)
3) Apoio a feiras, boxes e mercados urbanos		Prefeituras, SEASTER, SEURB	ODS 8, ODS 11 (Cidades Sustentáveis)
4) Regulação da exportação do fruto in natura		MAPA, SEDAP, ALEPA	ODS 9 (Indústria e Inovação), ODS 12

5) Incentivos fiscais e linhas de crédito	Garantir preços estáveis e proteger a renda de produtores e comerciantes de açaí, fortalecendo a economia local, incentivando o beneficiamento, priorizando o abastecimento regional e assegurando segurança alimentar e acesso a recursos durante a entressafra	SEFA, Banpará, Basa	ODS 8, ODS 10 (Redução das Desigualdades)
6) Criação do “Defeso do Açaí”		ALEPA, Governo do Estado, CONAB	ODS 1, ODS 8
7) Subsídios para abastecimento local		Governo do Estado, Prefeituras	ODS 11, ODS 12

Fonte: Elaborado pela equipe técnica do GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

7.2 BLOCO TEMÁTICO II - ORGANIZAÇÃO DOS BATEDORES E COMERCIANTES

A organização dos agentes comerciais é fundamental para ampliar o poder de negociação e a sustentabilidade do setor. O fomento a cooperativas e associações de batedores e vendedores fortalece a representação coletiva e o acesso a mercados. A capacitação contínua em gestão e comercialização, incluindo técnicas de armazenamento e venda, aprimora a eficiência e a competitividade dos agentes. A formalização e registro dos batedores permitem acesso a crédito, financiamentos e programas públicos, enquanto a inclusão dos comerciantes no Cadastro Único e no CAF possibilita participação em políticas sociais e produtivas.

Tabela 22 - Recomendações Consolidadas sobre a organização dos batedores e comerciantes

Recomendações Técnicas e Políticas	Objetivos/Resultados Esperados	Atores Responsáveis	ODS Relacionados
Fomento a cooperativas e associações	Fortalecer a organização coletiva e o poder de negociação de batedores e comerciantes de açaí, promovendo sua profissionalização e competitividade, garantindo acesso facilitado a crédito, políticas públicas e programas sociais e produtivos, de forma a consolidar uma cadeia econômica sustentável, inclusiva e resiliente		ODS 1 – Erradicação da Pobreza <input type="checkbox"/> ODS 4 – Educação de Qualidade <input type="checkbox"/> ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <input type="checkbox"/> ODS 10 – Redução das Desigualdades <input type="checkbox"/> ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis
Capacitação contínua em gestão e comercialização		SEASTER, SEDAP, MDA, SEBRAE, SENAR, IFPA, SEASTER, MTE, Receita Federal, MDS, EMATER, Prefeituras	
Formalização e registro dos batedores. Inclusão no Cadastro Único e CAF			

Fonte: Elaborado pela equipe técnica do GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

7.3 BLOCO TEMÁTICO III - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA COMERCIALIZAÇÃO

A infraestrutura adequada é determinante para reduzir perdas e garantir oferta contínua. Propõe-se a implantação de pontos de venda organizados e padronizados em feiras, mercados e espaços públicos. O armazenamento refrigerado comunitário assegura a conservação do açaí durante a safra e a entressafra, evitando desperdícios e estabilizando a oferta, garantindo que o produto chegue ao consumidor com qualidade e segurança.

Tabela 23 - Recomendações Consolidadas sobre Infraestrutura e Logística da Comercialização

Recomendações Técnicas e Políticas	Objetivos/Resultados Esperados	Órgãos responsáveis	ODS relacionados
Criação de pontos de venda organizados	Melhorar as condições de trabalho dos batedores e comerciantes de açaí, garantindo a qualidade do produto, redução de perdas e oferta estável, ao mesmo tempo em que se atraem consumidores e se fortalece a competitividade e a sustentabilidade da cadeia produtiva	Prefeituras, SEURB, SEDOP	ODS 8, ODS 11 (Cidades Sustentáveis)
Armazenamento refrigerado comunitário		SEURB, SEDAP, EMATER	ODS 9 (Indústria e Inovação), ODS 12

Fonte: Elaborado pela equipe técnica do GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

7.4 BLOCO TEMÁTICO IV - QUALIDADE, RASTREABILIDADE E MERCADO

A qualidade e a rastreabilidade do açaí reforçam a confiança do consumidor e agregam valor ao produto. Recomenda-se a implantação de selo de qualidade e certificação sanitária para os pontos de venda, estimulando boas práticas de higiene e processamento nas batedeiras.

Campanhas culturais e educativas são essenciais para valorizar o açaí como alimento essencial e patrimônio cultural, evitando sua elitização e promovendo consumo consciente e amplo.

**Tabela 24 - Recomendações sobre qualidade, rastreabilidade e valorização
do açaí no mercado**

Recomendações Técnicas e Políticas	Objetivos/Resultados Esperados	Órgãos responsáveis	ODS relacionados
Selo de qualidade e certificação sanitária	Promover a segurança sanitária do açaí, valorizando o produto local, fortalecendo sua importância econômica, social e cultural, e ampliando a confiança do consumidor e o acesso a novos mercados	ADEPARÁ, MAPA, Vigilância Sanitária	ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis
Boas práticas de higiene nas batedeiras.		ADEPARÁ, SESPA, Prefeituras	ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis
Campanhas culturais e educativas		SECULT, ALEPA, Prefeituras	ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Fonte: Elaborado pela equipe técnica do GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

7.5 BLOCO TEMÁTICO V - POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

Para assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí, destaca-se a importância da criação de um ou mais Fundos Específicos – como o Fundo de Promoção da Cadeia do Açaí (PRO-Açaí) –, voltados ao financiamento de ações estratégicas de comercialização, bem como ao apoio direto a batedores, feirantes e demais agentes envolvidos no processo produtivo, em consonância com as discussões já estabelecidas nesse relatório.

A realização de audiências públicas e consultas sociais específicas fortalece a participação democrática, enquanto a integração de políticas estaduais e municipais descentraliza recursos e amplia o suporte à venda comunitária. Por fim, a ampliação das compras públicas regionais (escolas, hospitais, programas sociais) garante mercado direto para batedores e comerciantes locais, fortalecendo a economia regional e promovendo inclusão social.

Tabela 25 – Recomendações consolidadas sobre Políticas Públicas de Apoio à Comercialização

Recomendações Técnicas e Políticas	Objetivos/Resultados Esperados	Órgãos responsáveis	ODS relacionados
Criação de polos de comercialização regional	Fortalecer a cadeia do açaí no Pará, facilitando o escoamento, reduzindo custos logísticos, ampliando mercados institucionais e comerciais, valorizando a cultura local, qualificando produtores e gestores, e modernizando processos com tecnologia e inovação	SEDAP, SEDEME, Prefeituras, Cooperativas	ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução das Desigualdades
Programa Estadual de Compras Públicas do Açaí	SEDAP, SEDUC, MDS, Prefeituras	ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis	

Criação de polos de comercialização regional		SEDAP, SEDEME, Prefeituras, Cooperativas	ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução das Desigualdades
Programa Estadual de Compras Públicas do Açaí	Fortalecer a cadeia do açaí no Pará, facilitando o escoamento, reduzindo custos logísticos, ampliando mercados institucionais e comerciais, valorizando a cultura local, qualificando produtores e gestores, e modernizando processos com tecnologia e inovação	SEDAP, SEDUC, MDS, Prefeituras	ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis
Campanhas de valorização do açaí paraense		SECULT, SEDAP, Prefeituras, Organizações da Sociedade Civil	ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis
Capacitação para cooperativas e associações de produtores		SEDAP, SEASTER, EMATER, Universidades, SENAR	ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
Plataforma digital de comercialização do açaí		SEDEME, SEDAP, SECTET, Startups de Tecnologia, Universidades	ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Fonte: Elaborado pela equipe técnica do GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

A análise dos blocos temáticos sobre comercialização, batedores e vendedores evidencia que a cadeia do açaí no Pará sintetiza as contradições estruturais da Amazônia: o estado é o maior produtor mundial do fruto, mas sua população convive com fome, informalidade e exclusão histórica das políticas públicas. Essa realidade revela que o desafio não é apenas econômico, mas político e social, pois a riqueza gerada pelo açaí não tem se traduzido em dignidade, segurança alimentar ou trabalho decente para quem sustenta a produção.

As propostas de política de preço mínimo, inclusão nos programas PAA e PNAE e incentivo ao abastecimento local dialogam diretamente com os ODS 1, 2 e 8, mas expõem um modelo produtivo voltado para a exportação in natura e dependente de atravessadores, que elitiza o consumo e perpetua a insegurança alimentar em regiões produtoras. A reversão dessa lógica exige colocar a soberania alimentar e o fortalecimento do mercado interno como prioridades, rompendo com a ideia de que o desenvolvimento da cadeia se mede apenas pela sua inserção internacional.

O fortalecimento de cooperativas, a formalização do trabalho e a inclusão dos batedores em políticas de crédito e proteção social alinham-se aos ODS 4, 8 e 10, mas demandam mais do que linhas de financiamento: exigem uma ruptura com a burocracia e a centralização histórica que sempre marginalizou pequenos comerciantes e trabalhadores informais, mantendo-os fora dos circuitos institucionais de apoio. Da mesma forma, a ausência de infraestrutura básica — pontos de venda organizados, armazenamento refrigerado e espaços adequados para comercialização — contrasta com as obras milionárias voltadas a grandes eventos internacionais, revelando a distância entre os discursos de modernização urbana e as condições reais de trabalho dos vendedores de açaí.

Por fim, certificações, selos de qualidade e mecanismos de governança só terão legitimidade se forem construídos com participação social e apoio técnico, garantindo que a elevação da qualidade e da rastreabilidade não se transforme em nova barreira para os pequenos produtores. Caso contrário, repetir-se-á o padrão histórico: a concentração dos lucros nas mãos de poucos e a exclusão da maioria que mantém a cadeia viva.

Em síntese, a comercialização do açaí só será vetor de desenvolvimento sustentável se for tratada como questão de justiça social e soberania alimentar. Colocar batedores, feirantes e pequenos comerciantes no centro das políticas públicas não é apenas corrigir uma distorção histórica — é condição para que os ODS deixem de ser metas abstratas e se tornem realidade concreta na vida da população amazônica.

EIXO 3

TEMAS TRANSVERSAIS



Foto: Balthazar Costa-AID-ALEPA

8. CONTEXTUALIZAÇÃO

O açaí é central para a economia, cultura, saúde e soberania alimentar da Amazônia, mas seu potencial continua subaproveitado devido a desigualdades estruturais e à fragmentação institucional. Ao abordarmos temas transversais — nutrição, governança da cadeia e preservação cultural — veremos que os desafios persistem em toda a produção e comercialização, desde o acesso restrito a crédito e capacitação técnica até a necessidade de mecanismos de valorização e inclusão das comunidades ribeirinhas. Garantir segurança alimentar, saúde pública, trabalho decente e inovação depende de políticas que realmente integrem saberes tradicionais e técnicos, colocando as comunidades no centro das decisões.

A seguir, vamos detalhar essas questões, discutir soluções estratégicas como a criação de um órgão estadual para a gestão da cadeia do açaí, o fortalecimento da bioeconomia local e propostas culturais como o Museu do Açaí, sempre com um olhar crítico sobre os obstáculos que ainda precisam ser superados.

8.1 NUTRIÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONSUMO DO AÇAÍ

A alimentação, garantida pela Constituição Federal de 1988 como direito fundamental, constitui um dos pilares da dignidade humana. Nesse contexto, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) assegura o acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, respeitando as tradições culturais. Na Amazônia, o açaí é central na identidade cultural e nutricional da população, especialmente no Pará.

O fruto, rico em flavonoides e antocianinas, contribui para a prevenção de doenças crônicas, mas enfrenta desafios relacionados à manipulação sanitária e ao acesso equitativo. Assim, políticas públicas voltadas à soberania alimentar, inclusão social e desenvolvimento sustentável tornam-se essenciais.

Este bloco não se limita ao eixo da Produção nem ao da Comercialização, pois integra dimensões complementares do sistema alimentar: acesso e inclusão social (cesta básica), valorização de práticas seguras (boas práticas de manipulação), sustentabilidade e credibilidade comercial (selo de qualidade).

Dessa forma, deve ser tratado como Tema Transversal, conectando produção, comercialização e consumo, ao mesmo tempo em que fortalece o direito humano à alimentação adequada, a saúde pública e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 3: Saúde e Bem-Estar; ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis).

Tabela 26 – Recomendações Técnicas Nutrição e Segurança Alimentar e Relação com os ODS

Recomendações Técnicas e Políticas	Objetivos/Resultados Esperados	Órgãos responsáveis	ODS relacionadas
Inserir 250ml/dia de açaí per capita na cesta básica das populações em vulnerabilidade social, via voucher concedido pelo CRAS, com credenciamento de batedores e estabelecimentos cadastrados	Garantir acesso equitativo ao alimento tradicional e nutritivo, fortalecendo a soberania alimentar e reduzindo desigualdades	*Conselho Regional de Nutrição - CRN7, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, CRAS, Prefeituras Municipais, MAPA	ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável ODS 3: Saúde e Bem-Estar ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis
Ofertar oficinas de Boas Práticas de Manipulação de alimentos em parceria com cursos de Nutrição	Capacitar manipuladores para assegurar qualidade higiênico-sanitária do açaí, reduzindo riscos à saúde da população	Conselho Regional de Nutrição- CRN7, Universidades, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde	ODS 3: Saúde e Bem-Estar ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis

Implementar o Selo “Aqui tem Segurança Alimentar Sustentável” para estabelecimentos que comercializam açaí artesanal	Estimular práticas sustentáveis e garantir alimentos seguros à população, valorizando o comércio local	Conselho Regional de Nutrição - CRN7, Vigilância Sanitária, Associações de Produtores	ODS 3: Saúde e Bem-Estar ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis
--	--	---	---

Fonte: Elaborado pela equipe técnica do GT do Açaí / Assembleia Legislativa do Pará, 2025

*Trata-se de uma luta histórica do Conselho Regional de Nutrição - CRN7,

8.2 ESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃO ESTADUAL ESPECÍFICO PARA GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ

A cadeia produtiva do açaí é um dos pilares da bioeconomia amazônica e exige gestão pública especializada para que seu potencial seja plenamente aproveitado. Atualmente, as ações relacionadas à produção, ao beneficiamento, à comercialização e à promoção do açaí estão dispersas em diferentes secretarias e instituições, o que limita a eficiência, dificulta a integração e fragiliza a formulação de políticas de longo prazo.

A criação de um órgão estadual específico para a gestão da cadeia do açaí é fundamental para garantir governança especializada, integração institucional e fortalecimento da bioeconomia no Pará. Propõe-se, portanto, a implantação de uma Diretoria Estadual dedicada exclusivamente ao setor, estruturada em departamentos voltados para produção, beneficiamento, certificação, planejamento, educação e governança.

Esse arranjo institucional terá como competências a coordenação de políticas públicas, a captação de recursos e a representação do Estado em fóruns nacionais e internacionais, consolidando o Pará como referência mundial na produção sustentável de açaí.

Esse arranjo institucional terá como competências a coordenação de políticas públicas, a captação de recursos e a representação do Estado em fóruns nacionais e internacionais, consolidando o Pará como referência mundial na produção sustentável de açaí. Além disso, prevê-se a integração com demais órgãos estaduais e federais, assegurando sinergia e maior eficiência na formulação e execução das ações. Com a participação de atores como a ALEPA, Governo do Estado, SEDAP, SEASTER, SEMAS, SEDEME, EMATER e organizações comunitárias, a proposta dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

8.3 MUSEU DO AÇAÍ: PRESERVANDO CULTURA, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Destaca-se por fim, a proposta de criação do Museu do Açaí no Estado do Pará, um espaço destinado a preservar a memória cultural, valorizar a cadeia produtiva e promover sustentabilidade, educação e inovação, fortalecendo a identidade e o desenvolvimento regional.

O museu tem como objetivo central valorizar cultural, histórica e economicamente o açaí, integrando práticas tradicionais de comunidades ribeirinhas e quilombolas, fomentando pesquisa, promovendo educação e consolidando a importância do fruto na alimentação, economia e cultura paraense. Entre suas funções estão a preservação da memória cultural e histórica, o fortalecimento da cadeia produtiva, a promoção do turismo cultural e gastronômico e o incentivo a práticas sustentáveis e tecnologias de processamento.

Como diretrizes, o museu deve garantir inclusão social, integrando comunidades e atores da cadeia produtiva, promover sustentabilidade ambiental, utilizar tecnologias interativas e inovadoras e estabelecer parcerias estratégicas com instituições de ensino, pesquisa e órgãos governamentais.

Dessa forma, conecta tradição, conhecimento e desenvolvimento econômico, tornando-se um centro de valorização cultural, científica e econômica, capaz de fomentar o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva do açaí no Pará.

8.4 CONCLUSÃO E ANÁLISE CRÍTICA - TEMAS TRANSVERSAIS

O fruto é central não apenas para a economia, mas também para a cultura, saúde e soberania alimentar da Amazônia. A análise dos temas transversais — nutrição e segurança alimentar, governança da cadeia e preservação cultural — revela desafios estruturais que perpassam toda a produção e comercialização.

No eixo da nutrição e segurança alimentar, garantir acesso equitativo ao açaí, capacitação em boas práticas de manipulação e selo de qualidade fortalece a soberania alimentar, promove saúde pública e reduz desigualdades sociais. Os ODS 2 (Fome Zero), 3 (Saúde e Bem-Estar) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis) ganham relevância prática, evidenciando que políticas alimentares demandam coordenação e sensibilidade local.

A criação de um órgão estadual específico para a gestão da cadeia do açaí é medida estratégica para superar a fragmentação institucional, integrando políticas, planejamento de longo prazo e articulação com atores locais e federais. Essa governança especializada fortalece a bioeconomia, alinhando-se aos ODS 8 (Trabalho Decente), 9 (Indústria, Inovação) e 17 (Parcerias).

Em síntese, os temas transversais demonstram que o sucesso da cadeia do açaí depende de enfrentar desigualdades estruturais, descentralizar decisões, integrar saberes tradicionais e técnicos e colocar as comunidades no centro das políticas públicas. Caso contrário, o potencial do açaí continuará subaproveitado, e os ODS permanecerão distantes da realidade concreta dos ribeirinhos e produtores.

9. COMPROMISSO COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELO GRUPO DE TRABALHO DO AÇAÍ (GT DO AÇAÍ)

As recomendações consolidadas constituem um compromisso público a ser acompanhado com rigor institucional. O presidente do GT do Açaí encaminhará moções oficiais a todos os órgãos responsáveis, garantindo que as medidas sejam priorizadas nas agendas de governo, controle e fomento. Para assegurar efetividade, será criado um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento, formado por representantes do GT, órgãos públicos, trabalhadores e sociedade civil, com funções consultivas e fiscalizadoras, acompanhamento da execução, ajustes necessários e transparência do processo.

O monitoramento incluirá relatórios periódicos, audiências públicas e visitas técnicas, apoiando a implementação de soluções participativas e adequadas às realidades locais. Trata-se de um pacto institucional que valoriza a cooperação entre poderes públicos, sociedade civil e setor produtivo, reafirmando o compromisso do GT do Açaí com uma bioeconomia sustentável, socialmente justa e capaz de transformar o potencial do açaí em vetor estratégico de desenvolvimento para o Pará e a Amazônia.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação dos resultados apresentados ao longo deste relatório revela, de maneira contundente, que a cadeia produtiva e comercial do açaí no Pará é, ao mesmo tempo, um vetor estratégico para a bioeconomia amazônica e um espelho das contradições históricas que atravessam a região.

As recomendações elaboradas pelo Grupo de Trabalho do Açaí (GT do Açaí), após mais de 120 dias de pesquisa, escutas e articulação com produtores, lideranças comunitárias, instituições públicas e privadas, evidenciam a profundidade e a complexidade dos desafios enfrentados por uma cadeia que movimenta a economia, projeta o estado internacionalmente, mas convive cotidianamente com desigualdade, insegurança e abandono estatal.

Não se trata, portanto, de um diagnóstico técnico isolado: o que emerge das falas de produtores, jovens rurais, batedores, feirantes e comunidades tradicionais é a denúncia de uma ausência histórica do Estado, da precariedade estrutural e da invisibilidade de sujeitos que sustentam a economia do açaí, mas permanecem excluídos dos circuitos formais de financiamento, educação, infraestrutura e segurança.

A pirataria fluvial e a violência no campo, descritas com relatos pungentes, não são apenas questões de segurança pública, mas símbolos de um vazio institucional que permite que o crime organizado substitua o Estado como poder territorial. Ao mesmo tempo, a falta de educação técnica contextualizada expulsa a juventude rural para as periferias urbanas, perpetuando o êxodo e o envelhecimento das práticas produtivas tradicionais.

As recomendações consolidadas pelo GT do Açaí oferecem, nesse cenário, não apenas soluções setoriais, mas uma agenda de transformação estrutural. Programas de segurança fluvial, escolas técnicas agroambientais, fundos de financiamento com governança participativa, verticalização comunitária da produção, criação do Selo Roxo e de uma Secretaria específica para a cadeia do açaí representam propostas que, se implementadas com seriedade, podem romper com décadas de negligência estatal e inaugurar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Contudo, o relatório também alerta: sem compromisso político, recursos estáveis e participação social efetiva, tais recomendações correm o risco de se transformar em mais um capítulo da longa história de promessas não cumpridas que marcam as políticas públicas para a região.

Há, ainda, um aspecto crucial evidenciado pelos resultados: a necessidade de tratar a cadeia do açaí não apenas como ativo econômico, mas como questão de soberania alimentar, justiça social e valorização cultural. O fato de o Pará ser o maior produtor mundial de açaí e, ao mesmo tempo, conviver com fome, preços instáveis e trabalho informal na base da cadeia expõe o caráter perverso de um modelo produtivo voltado à exportação in natura e à concentração de renda.

Ao propor políticas de preço mínimo, inclusão nos programas PAA e PNAE, infraestrutura para comercialização, certificações construídas com participação social e estímulo ao consumo interno, o GT do Açaí desafia a lógica hegemônica de desenvolvimento e recoloca a questão central: para quem serve a riqueza gerada pelo açaí?

Do mesmo modo, ao recomendar a criação do Fundo Açaí e de uma Secretaria Estadual específica, o relatório aponta para a urgência de institucionalizar políticas de longo prazo, blindadas contra descontinuidades administrativas e interesses eleitoreiros, capazes de articular segurança, educação, inovação, financiamento, infraestrutura e direitos humanos em uma estratégia territorial integrada. Sem essa articulação, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) seguirão sendo metas abstratas, restritas a relatórios internacionais, sem materialidade na vida das comunidades ribeirinhas, dos agricultores familiares e dos pequenos comerciantes que mantêm a cadeia produtiva viva.

Em última instância, o que este relatório evidencia é que a sustentabilidade da cadeia do açaí — econômica, social e ambiental — depende menos de inovações tecnológicas isoladas e mais da coragem política de enfrentar a desigualdade estrutural, descentralizar o poder e colocar os povos da floresta no centro das decisões.

Cumprir as recomendações apresentadas pelo GT do Açaí não é apenas uma questão de eficiência administrativa ou de incremento econômico: é uma escolha civilizatória. É decidir se o açaí continuará sendo, para muitos, símbolo de exclusão e violência, ou se poderá se tornar motor de desenvolvimento territorial, justiça social e autonomia para a Amazônia e sua gente.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

O debate está posto. Agora, cabe ao poder público, à sociedade civil e aos agentes econômicos romperem o ciclo histórico de omissões e transformar as propostas aqui apresentadas em políticas concretas, recursos efetivos e mudanças estruturais.

Sem isso, a bioeconomia continuará sendo promessa de futuro, enquanto, no presente, o ribeirinho seguirá navegando sozinho entre o crime, a pobreza e a ausência do Estado. Os problemas da região amazônica não se decidirão em relatórios internacionais, mas na capacidade de garantir dignidade, segurança e oportunidades para quem há gerações mantém viva a cadeia do açaí.

Por fim, registramos nosso sincero agradecimento a todas e todos os integrantes do Grupo de Trabalho do Açaí, cujas contribuições qualificadas foram fundamentais para a construção deste processo.

O compromisso, a dedicação e a diversidade de olhares aqui reunidos reforçam a importância do trabalho coletivo e participativo, assegurando que as recomendações apresentadas refletem de forma fiel os desafios, potencialidades e caminhos para o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí no Pará.

11. REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Merize. Trabalho infantil: estudo das particularidades e contradições nos rios do Marajó/PA. Artigo de revista, 2020.

AMERICO, Merize de Jesus da Silva. Trabalho infantil e reprodução social de famílias ribeirinhas: estudo das mediações e particularidades nos rios marajoaras. Artigo científico, 2022.

ABRAFRUTAS. Exportação de açaí cresce quase 15.000% em dez anos. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2021/05/exportacao-de-acai-cresce-quase-15-000-em-dez-anos/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

AGÊNCIA PARÁ. Cadeia produtiva do açaí é tema de debates no Pará e em Brasília. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/3003/cadeia-produtiva-do-acai-e-tema-de-debates-no-pará-e-em-brasilia>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ALEPA. Grupo de Trabalho propõe medidas para manter o açaí acessível às famílias paraenses. Disponível em: <https://alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/10872/grupo-de-trabalho-propoe-medidas-para-manter-o-acai-acessivel-as-familias-paraenses>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ANDRADE, Simei Santos; REIS, Magali dos. Amazônia marajoara: as crianças ribeirinhas e o trabalho infantil na Vila do Piriá - Curralinho/PA. Artigo científico, 2018.

ANDRADE, Simei Santos; SANTOS, Raquel Amorim dos. Direitos humanos e trabalho infantil na Amazônia: a lógica do capital predatório e a subversão de crianças no Norte do Brasil. Artigo científico, 2021.

ADEPARÁ. [s.d.]. Disponível em: https://adepara.pa.gov.br/node/358?utm_source. Acesso em: 17 set. 2025.

Agência Pará. Nove municípios paraenses lideram produção nacional do açaí, aponta FAPESPA. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/57665/nove-municipios-paraenses-lideram-producao-nacional-do-acai-aponta-fapespa>. Acesso em: 17 set. 2025.

BARBOSA, Brenda Santa Brígida; COSTA, Edith Gonçalves. O ensino de matemática na Amazônia Paraense: com a palavra, os professores da educação infantil. Artigo científico, 2020.

BBC NEWS BRASIL. Açaí: como a fruta que salvou os índios da fome conquistou o mundo. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-47260624>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BICO 24 HORAS. Crise do açaí persiste com chegada do verão amazônico e acende alerta sobre abastecimento no Pará. Disponível em: <https://bico24horas.com.br/para/crise-do-acai-persiste-com-chegada-do-verao-amazonico-e-acende-alerta-sobre-abastecimento-no-pará/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Atualizada até a EC n. 129/2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituida/anexo/CF_35anos_EC129_digital.pdf. Acesso em: 8 set. 2025a.

BRASIL. Decreto nº 11.936, de 2024. Dispõe sobre a cesta básica de alimentos. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/cesta-basica-de-alimentos>. Acesso em: 9 set. 2025c.

BRASIL. Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jul. 1994.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

BRASIL. Planejamento Orientado à Agenda 2030. Ministério do Planejamento e Orçamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/arquivos/planejamento-orientado-a-agenda-2030.pdf>. Acesso em: 8 set. 2025b.

BASSALO, Terezinha de Fátima Ribeiro. O lugar do corpo no corpo do lugar: uma etnografia da panha do açaí entre jovens da Ilha das Onças - PA. 2020. Tese (Doutorado).

BENETTI, Idonézia Collodel; BARROS, Paulo Henrique Pinheiro de; WILHELM, Fernanda Ax; DEON, Ana Paula da Rosa; ROBERTI, João Paulo. Psicomotricidade e desenvolvimento: concepções e vivências de professores da educação infantil na Amazônia setentrional. Artigo científico, 2018.

BENDEDI, Maria de Lourdes Alves. Literatura infantil & educación ambiental: contribución en la construcción de la identidad del ser humano. Artigo científico, 2011. BEZERRA, V. S. et al. Açaí: produção de frutos, mercado e consumo. Belém: Embrapa, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/152645/1/CPAF-AP-2016-Acai-producao-de-frutos.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRANDÃO, André Augusto Pereira; DALT, Salete. Trabalho infantil na Amazônia Brasileira: um estudo do município de Oriximiná/PA. Artigo científico, 2022. BRANDÃO, Priscilla Pantoja do Nascimento; BRITO, Ângela do Céu Ubaíara. Vamos brincar na terra? Uma experiência de valorização e resgate da cultura infantil com moradores da comunidade de Arraiol na Amazônia Amapaense. Artigo científico, 2018.

BRITO, Edileize de Jesus. Produtos florestais não madeireiros vegetais e a subsistência da comunidade ribeirinha Paricatuba, município de Ponta de Pedras, Pará. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

CARDOSO JÚNIOR, Waldemar de Santos. Alfabetização na educação no campo: relatos de professores de classes multisseriadas da Ilha do Marajó. 2009. Dissertação (Mestrado).

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. Projeto de Lei: Proibição da Exportação de Açaí durante a Entressafra no Município de Belém do Pará. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Proc.-39-2024-Josias.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. Artigo científico, 2011.

CARVALHO, Gilberlene Sousa; COSTA, Mônica de Oliveira. A governabilidade do currículo de Ciências na educação infantil. Artigo científico, 2021.

CHASER, Geraldo. Exportação de sucos do Estado do Pará - Ano de 2024. Belém: SEDAP/MDIC, 2024. Disponível em: arquivo digital "Exportação SUCOS Pará MDIC SEDAP.pdf".

COELHO, Lorraine (org.). Apresentação - Direitos humanos no açaí: trabalho precário e infantil na cadeia de valor. Belém: Instituto Peabiru, 2022. Disponível em: arquivo digital "221021_ApresentacaoWebinar_DireitosHumanosNoAci.pptx".

CONCEIÇÃO, Maria da Conceição Silva. Política de saúde no terreiro: uma ação que envolve a crença e a ciência. Artigo científico, 2018.

COSTA, Creitiane de Nazaré Meireles. Desafios do acesso ao ensino médio pelos jovens das comunidades ribeirinhas de São Sebastião da Boa Vista – Marajó/PA. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

COSTA, Francisco de Assis. Economia e território: constituição e dinâmica da economia do açaí na região do Grão-Pará (1995-2011). Belém: NAEA/UFPA, 2022. Disponível em: arquivo digital "Economia e Território - Lorraine Coelho.pdf".

CUNHA, Rafaela Furtado da. Educação e desenvolvimento local em Ponta de Pedras – Marajó: dilemas e desafios. 2023. Dissertação (Mestrado).

DE BARBA, Clarides Henrich; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. A educação ambiental em escolas públicas do Baixo Madeira, Porto Velho, Rondônia. Artigo científico, 2024.

DIÁRIO DO PARÁ. Preço do litro de açaí volta a cair em Belém pelo terceiro mês consecutivo. Disponível em: https://diariodopara.com.br/belem/preco-do-litro-de-acai-volta-a-cair-em-belem-pelo-terceiro-mes-consecutivo/?utm_source. Acesso em: 17 set. 2025.

DIÁRIO TOCANTINENSE. Mercado brasileiro de açaí. 2024. Disponível em: <https://diariotocantinense.com.br/brasil/2024/11/25/mercado-brasileiro-de-acai/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

DIÁLOGOS PRÓ-AÇAÍ. Acervo. Disponível em: <https://www.dialogosproacai.org.br/acervos>. Acesso em: 10 abr. 2025.

EMATER. Checklist de desafios e estratégias para a cadeia do açaí. Belém: EMATER/PA, 2023. Disponível em: arquivo digital "Checklist_impressão.pdf".

EMATER-PA. História de cada açaí. Belém: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará, 2023. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/noticia/historia-de-cada-acai>. Acesso em: 21 ago. 2025.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Açaí BRS Pará - Portal Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/10025/acai-brs-pará>. Acesso em: 21 ago. 2025.

EMBRAPA. Cultivar de açaizeiro BRS Pará. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/925/cultivar-de-acazeiro-brs-pará>. Acesso em: 10 abr. 2025.

EMBRAPA. Manejo de mínimo impacto para produção de frutos em açaizais nativos no estuário amazônico. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/640/manejo-de-minimo-impacto-para-producao-de-frutos-em-acazais-nativos-no-estuario-amazonico>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FRUTAS DO BRASIL. Açaí. 2022. Disponível em: <https://frutasdobrasil.org/pb/fruta/acai/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA. Relatórios e estatísticas do açaí paraense. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Nota-Tecnica-Conjuntura-da-Economia-do-Acai-2024-PUBLICACAO-2-.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA. Tabelas da economia do açaí (2019-2023). 2024. Disponível em: https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/pcn2024/tabelas/1_0-economia/1-agricultura/7-quantidade-produzida-e-valor-da-producao-de-acai-2019-2023.htm?utm. Acesso em: 21 ago. 2025.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Boletim Agropecuário Paraense – 2024. Belém: FAPESPA, 2024. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/Boletim-Agropecuario-2024-VERSAO_PUBLICACAO.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues; GIOVANELLA, Lígia; LIMA, Juliana Gagno; CABRAL, Lucas Manoel da Silva; SEIDL, Helena. Sustentabilidade da atenção primária à saúde em territórios rurais remotos na Amazônia fluvial: organização, estratégias e desafios. Artigo científico, 2022.

FERNANDES, S. S. et al. Physicochemical composition, color and sensory acceptance of low-fat açaí pulp-based products. Belém: Embrapa, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/157105/1/Fernandes-et-al-2016-Acai-Physicochemical-composition.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FERREIRA, Alan Cristian Marinho; SILVA, Alanna Gomes da; GOMES, Crizian Saar; MALTA, Deborah Carvalho. Association of child labor with risk and protective factors for chronic noncommunicable diseases in Brazilian schoolchildren: National School Health Survey 2015. Artigo científico, 2023.

FERREIRA, Alan Cristian Marinho; SILVA, Alanna Gomes da; GOMES, Crizian Saar; MALTA, Deborah Carvalho. Associação do trabalho infantil com fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em escolares brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. Artigo científico, 2023.

FERREIRA, Otávio Bruno da Silva. A hipervulnerabilidade das crianças na atividade de extração do açaí no Rio Médio Pracuúba – Marajó/PA: um estudo sobre as capacidades necessárias ao desenvolvimento. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – CESUPA, Belém. Disponível em: arquivo digital "DISSERTAÇÃO - Otávio - TRABALHO INFANTIL E EXTRAÇÃO DO AÇAI.pdf".

FERREIRA, Otávio Bruno da Silva; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante; JACOB, Valena. A atividade de extração do fruto açaí e o necessário enquadramento como uma das piores formas de trabalho infantil: visibilidade e conscientização. Artigo científico.

FERREIRA, Otávio Bruno da Silva; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. O trabalho infantil na cultura do açaí: a necessidade de diálogo intercultural na Ilha de Marajó/PA. Artigo científico, 2018.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

FERREIRA, Otavio Bruno da Silva; MESQUITA, Valena Jacob Chaves. O trabalho infantil e a necessária implementação de liberdades substantivas: um estudo sobre a extração do açaí na Ilha de Marajó. Artigo científico, 2021.

FERREIRA, Renata Lopes. O trabalho infantil rural na Amazônia Paraense, Abaetetuba-PA: diálogos pertinentes. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

FIGUEIRA, Maura Cristiane e Silva; SOUZA, Jeisa Soares; FARIAS, Elisabeth Jaqueline Santos. Práticas educacionais em saúde com crianças de creche no município de Santarém: um relato de experiência. Artigo científico, 2015.

FREITAS, Maria Natalina Mendes; DAMASCENO, Kelly Katia; ARAÚJO, Laura Maria Silva. Formação de professores da educação infantil no campo no Estado do Pará. Artigo científico, 2017.

GONDIN, Gilvano Duarte; GONDIN, Kelle Daiana Cardoso; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires. Escola e família na comunidade Turé: um estudo na Amazônia Marajoara. Artigo científico, 2020.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva; ARAÚJO, Letícia Costa de Carvalho Sara Soares de; LACERDA, Silvana Ramos; SILVA, Matheus César da. Infância e pobreza: uma análise do município de Melgaço (Marajó/PA). Artigo científico, 2019.

HOMMA, A. K. O. et al. Açaí: novos desafios e tendências. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, PA, v. 1, n. 2, p. 7-23, jan./jun. 2006. Disponível em:
<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/578153>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HOMMA, A. K. O. et al. Açaí: novos desafios e tendências. In: HOMMA, A. K. O. (Ed.). Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Cap. 7, p. 133-147.

HOMMA, A. K. O. et al. Synergies of change in Amazonian agriculture: conflicts and opportunities. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2022.

HOMMA, A. K. O. The dynamics of extraction in Amazonia: a historical perspective. Advances in Economic Botany, v. 9, p. 23-31, 1992.

HEMERLY, Giovanna; PRETTO, Nicholas. Qual a origem do açaí. E onde o fruto é produzido. Nexo Jornal, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2023/03/27/qual-a-origem-do-acai-e-onde-o-fruto-e-produzido>. Acesso em: 21 ago. 2025.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.

INSTITUTO PEABIRU. O Peconheiro: diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí no Marajó – PA. Belém: Instituto Peabiru, 2016. Disponível em: arquivo digital “O PECONHEIRO - DIAGNÓSTICO DO INSTITUTO PEABIRU.pdf”.

INSTITUTO TERROÁ. Policy brief: fortalecendo políticas públicas e a agenda de sustentabilidade do setor produtivo do açaí. São Paulo: Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor, 2023. Disponível em: arquivo digital “1700576005-tra-policybrief-cadeia-acai.pdf”. JESUS, Manoel Benedito Pimentel de. Classe multisseriada: possibilidades e desafios – uma análise a partir da concepção da educação do campo no município de Gurupá. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CABRAL, Károl Veiga; CAMPELO, Luiz Marques; LIMA, Maria Lúcia Chaves; SOUZA, Nelson José de; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro de; TAVARES, Roseneide dos Santos; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. O Multicampi Saúde e os desafios à constituição de novas práticas de gestão do trabalho, interprofissionalidade e cuidado em saúde na Amazônia Brasileira. Artigo científico, 2022.

LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza; SILVA, Rubicleis Gomes da. Spillovers espaciais no desenvolvimento educacional dos municípios da Amazônia clássica brasileira. Artigo científico, 2018.

MALCHER, Cláudia Marques Santa Rosa; FARIAS, Larissa dos Reis; SANTOS, Izabelly Biase Damasceno dos; CHAGAS, Blenda Desiree Pereira; RIBEIRO, Dalvacy de Sousa; SANTOS, Dayanne Veiga dos; RIBEIRO, Elenilda da Conceição; OLIVEIRA NETO, Antônio Mendes de; FURTADO, Marcos Antônio da Silva; MIRANDA, Letícia Vitória Garcia. Programa Navega Saberes: Cine Trabalho Infantil (CINETI) na Amazônia. Artigo científico, 2022.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

MACHADO, Simone. Açaí: como a fruta que salvou os índios da fome conquistou o mundo. UOL Nossa, 06 jun. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2021/06/06/acai-como-a-fruta-que-salvou-os-indios-da-fome-conquistou-o-mundo.htm>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). ComexStat. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MONGABAY BRASIL. Demanda global por açaí está destruindo as florestas de várzea da Amazônia. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/09/demanda-global-por-acai-esta-destruindo-as-florestas-de-varzea-da-amazonia/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MORAES, P. M. O.; MELLO. Políticas públicas na cadeia produtiva do açaí: segurança e soberania alimentar na Amazônia e a Agenda 2030. Research, Society and Development, v. 11, n. 10, e453111032850, 2022.

MARTINS, Marcela. Os riscos das mudanças climáticas ao açaí na Amazônia. Nexo Jornal, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/07/16/os-riscos-das-mudancas-climaticas-ao-acai-na-amazonia>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Boom agrícola na Amazônia brasileira e as mudanças estruturais em andamento. Artigo científico, 2011.

MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni; NEGRÃO, Felipe da Costa. Os desafios da educação socioambiental em um Brasil desconhecido na visão de acadêmicos de pedagogia em Japurá. Artigo científico, 2020.

MOURA, Vandeilson Belfort et al. Riscos ambientais e segurança do coletor no extrativismo do fruto de açaizeiro na Amazônia Oriental. Ciência Florestal, v. 32, n. 2, p. 597-616, abr./jun. 2022. DOI: 10.5902/1980509842790. Disponível em: arquivo digital "ARTIGO - RISCOS AMBIENTAIS E SEGURANÇA DO COLETOR.pdf".

NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães; SANTANA, Antônio Cordeiro de; GARCIA, Wilnália Souza. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. Revista Ceres, Viçosa, v. 57, n. 5, p. 653-661, set./out. 2010. Disponível em: <https://sl1nk.com/VL6Oc>. Acesso em: 21 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 ago. 2025.

OLIVEIRA, Klondy Lúcia de. Trilhando caminhos à educação inclusiva na Amazônia Brasileira. Artigo científico, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Pinto de et al. Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará – PROACAI-PA. Belém: SEDAP, 2016. Disponível em: arquivo digital "PROGRAMA_PRO_ACAI - Geraldo Chaser.pdf". Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Rosa Mery; OLIVEIRA, Brenner Kássio Ferreira de; FREITAS, Karoline Santana de; ALVES, Mykelly Gomes; LIMA, Jessica Janaina Trindade de; NUNES, Julliani Santos; SILVA, Maxwell Arouca da; ALBUQUERQUE, Firmina Hermelinda Saldanha. Educação em saúde a professores do ensino infantil: relato de experiência de uma extensão universitária na Amazônia. Artigo científico, 2021.

O LIBERAL. Crise do açaí persiste com chegada do verão amazônico e acende alerta sobre abastecimento no Pará. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/crise-do-acai-persiste-com-chegada-do-verao-amazonico-e-acende-alerta-sobre-abastecimento-no-pará-1.977613>. Acesso em: 21 ago. 2025.

OPENAI. ChatGPT (versão GPT-5). San Francisco: OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 10 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Diagnóstico rápido setorial da produção de açaí na Amazônia Brasileira. Genebra: OIT, 2024. ISBN 9789220409329. Disponível em: arquivo digital "OIT_Relatório Açaí_web.pdf".

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

PORTAL TELA. A alta do açaí em Belém afeta consumidores e produtores em meio à entressafra. 2025. Disponível em: <https://www.portaltela.com/economia/negocios/2025/05/15/a-alta-do-acai-em-belem-afeta-consumidores-e-produtores-em-meio-a-entressafra>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PÓRTARIA N° 01/2025-CDHDC-ALEPA, de 27 de março de 2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. Diagnóstico da cadeia produtiva do açaí no Estado do Pará: enfoque na agricultura familiar. Belém: SAGRI, s.d. Disponível em: arquivo digital "10-Acai diagnóstico da cadeia.pdf".

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. Diagnóstico MackensieAçaí: plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Pará. Belém: s.n., 2015. Revisado em 2016. Disponível em: arquivo digital "Diagnóstico MackensieAçaí.pdf".

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. Exportação do agronegócio do Estado do Pará – Ano de 2024. Belém: SEDAP, 2024. Disponível em: arquivo digital "Ano_2024_-Exportação_do_Agronegócio_do_Estado_do_Pará.pdf".
PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. Plano estratégico consolidado: apresentação das cadeias produtivas. Belém: SEDAP, s.d. Disponível em: arquivo digital "Apresentação das Cadeias - Plano Estratégico Consolidado - Divulga - ematereslocbelem.pdf".

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA). Decreto Estadual nº 250/11. PEREIRA, Aline Cristina dos Santos; LOPES, Adrea Simone Canto. A filmografia como facilitadora da discussão sobre trabalho infantil na Amazônia Paraense. Artigo científico, 2020.

QUARESMA, Amanda Paiva; EULER, Ana Margarida Castro. Açaí: mais que um fruto, símbolo da cultura alimentar e bioeconomia da Amazônia. Belém: IARA Consultoria; Embrapa, 2024. Disponível em: arquivo digital "RELATÓRIO - BIOECONOMIA E AÇAÍ.pdf".

RIBEIRO, E. A. dos S. et al. Immediate analysis and thermogravimetric of açaí seeds produced in the Amazon River estuary. Belém: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/183014/1/CPAF-AP-2018-Immediate-analysis-and-thermogravimetric-of-acai.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ROSSINI, Maria Clara. As raízes do açaí. Superinteressante, 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/as-raizes-do-acai/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTOS, Amanda Rayana da Silva; FARIA, André Luís Assunção de; LOPES, Luís Otávio do Canto. Conflitos socioambientais: uma análise das estratégias das empresas de dendê na Amazônia Paraense. Artigo científico, 2020.

SEASTER PARÁ. Proposta de atuação da SEASTER frente à crise de abastecimento do açaí. Belém: SEASTER, 2025. Disponível em: arquivo digital "001- Proposta de Atuação da SEASTER frente à Crise de Abastecimento do Açaí 2[1] - SEASTER Pará.pdf".

SEMA. Instrução Normativa nº 09 de 2013. Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açaí, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências.

SILVA, Dulcely; TAVARES, Franco; ALMEIDA, Samara; SILVA, Agapito das Neves de Almeida; PADILHA, Norma Sueli. Trabalho infantil no meio ambiente do trabalho rural, riscos e danos à saúde de crianças e adolescentes e possíveis medidas ao seu enfrentamento. Artigo científico, 2022.

ILVA, Maria Valquíria Souza da; SILVA, Gleibson do Nascimento; RAMOS, João Batista Santiago. Trabalho infantil no Brasil e na Amazônia Legal: uma breve análise. Artigo científico, 2020.

SOUZA, Pollyanna Coêlho de et al. Caderno de recomendações para a sustentabilidade da cadeia de valor do açaí. São Paulo: Instituto Terroá, 2023. Disponível em: arquivo digital "1698667426-caderno_recomendaes_aa_2.pdf".

SOUZA, Ana Carla de; BARATA, Erlon Rodolfo Viegas; FREITAS, Nívia Magalhães da Silva; FREITAS, Nádia Magalhães da Silva. Direitos humanos e a formação de professores que ensinam ciências. Artigo científico, 2019.

SOUZA, Ana Paula Vieira e; BAÜMGARTNER, Carmem Terezinha. Trabalho, infâncias e crianças no contexto narrativo campo-costeiro à luz da linguagem bakhtiniana. Artigo científico, 2021.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

SOUZA E SOUZA, Érica de; MACHADO, Ailton Cavalcante; TERÁN, Augusto Fachin; PEREIRA, Laura Belém; RODRIGUES FILHO, Januário Nogueira. O tema da água na educação infantil: relato de experiência. Artigo científico, 2021.

TAVARES, Geraldo dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; MENEZES, Antônio José Elias Amorim de; PALHETA, Marivaldo Palha. Análise da produção e comercialização de açaí no estado do Pará, Brasil. International Journal of Development Research, v. 10, n. 04, p. 35215-35221, abr. 2020. Disponível em: <https://www.journalijdr.com>. Acesso em: 12 abr. 2025.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; BARCA, Ana Paula de Araújo. A organização do meio social educativo para a criação musical na educação infantil. Artigo científico, 2019.

VIANA, Elaine Ferreira; RODRIGUES, Nilziele Tavares; RODRIGUES-MOURA, Sebastião. A safra do açaí como condicionante da evasão escolar no Marajó: compreensões pedagógicas voltadas para uma política socioeducacional marajoara. Artigo científico, 2023.

VIDAL, Cleice da Luz; SILVA, Daniele Dorotéia Rocha da; MACHADO, Diego Ramon Silva; BARROS, Jônatas Barros e; ALMEIDA, Maria Vani Magalhães; ALMEIDA, Natasha de Queiroz. O Programa Educimal: ensaios e reflexões sobre a extensão universitária. Artigo científico, 2007.

WIKIPÉDIA. Açaí. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Açaí>. Acesso em: 21 ago. 2025.

12. ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Instalação do Grupo de Trabalho para tratar sobre a Crise na Cadeia Produtiva do Açaí, no Pará	Pág.10
Figura 2- Deputado Bordalo explana sobre o PL N°169/2024 , o projeto foi aprovado pelo parlamento	Pág.16
Figura 3- Mobilização de batedores artesanais de açaí no dia da votação do PL N° 169/2024	Pág.17
Figura 4 – Gráfico Mapa agrosat	Pág.28
Figura 5- Problemas relatados na cadeia produtiva do açaí no Pará, por tipo (2025)	Pág.44
Figura 6-Deputado Bordalo na fala de abertura do debate público em Abaetetuba	Pág.47
Figura 7 – Debate Público: A força cultural e social do açaí na região Tocantina e no Pará	Pág.48
Figura 8 – Distribuição dos Temas Abordados na Pesquisa da Cadeia do Açaí	Pág.51
Figura 9-Membros do GT do Açaí no estande da Comissão de Direitos Humanos durante o Festival	Pág.54
Figura 10-Desafios Impactantes para a Cadeia Produtiva do Açaí no Pará	Pág.55
Figura 11 -Impactos da crise de abastecimento do açaí nas atividades de trabalho	Pág.56
Figura 12-Alternativas apontadas como soluções para os desafios da cadeia do açaí	Pág.57
Figura 13 -Estratégias propostas para fortalecer a comercialização do açaí	Pág.58
Figura 14 – Prioridades Sugeridas para Incentivar a Produção e Comercialização do Açaí	Pág.60



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção, área colhida e produtividade média do açaí no Pará (2019–2023) _____ **Pág. 27**

Tabela 2 – Volume e valor das exportações de polpa de açaí do Pará (2019–2023) _____ **Pág. 28**

Tabela 3 – Comparativo dos preços do litro de açaí comercializado em feiras livres, pontos de vendas e supermercados de Belém _____ **Pág. 30**

Tabela 4 – Variação de preços do litro de açaí comercializado em feiras e estabelecimentos de Belém _____ **Pág. 31**

Tabela 5 – Principais problemas identificados na cadeia do açaí no Estado do Pará _____ **Pág. 36**

Tabela 6 – Consequências geradas pelos problemas identificados na cadeia do Açaí _____ **Pág. 38**

Tabela 7 – Municípios do Pará e seus desafios na cadeia do açaí _____ **Pág. 41**

Tabela 8 – Contribuições dos Participantes para o Desenvolvimento da Cadeia do Açaí _____ **Pág. 45**

Tabela 9 – Principais problemas apontados na cadeia produtiva do açaí - Baixo Tocantins _____ **Pág. 49**

Tabela 10 - Soluções propostas para a cadeia produtiva do Açaí na audiência em Abaetetuba _____ **Pág. 52**

Tabela 11 - Alternativas para a comercialização sustentável do açaí _____ **Pág. 59**

Tabela 12 – Recomendações acerca da segurança no campo, ações de pirataria e crime organizado _____ **Pág. 65**

Tabela 13 – Recomendações para garantir capacitação técnica e escolas agrícolas _____ **Pág. 68**



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

Tabela 14 – Recomendações para garantir o acesso a recursos e financiamentos	Pág. 70
Tabela 15 – Recomendações técnicas para verticalização e novos Produtos	Pág. 72
Tabela 16 - Recomendações acerca do Selo Roxo do Açaí do Pará	Pág. 74
Tabela 17 - Recomendações para Certificação orgânica do Açaí	Pág. 75
Tabela 18 - Recomendações para criação do Fundo Açaí	Pág. 77
Tabela 19 - Recomendações consolidadas sobre a Gestão Sustentável da Outorga da Água na Cadeia Produtiva do Açaí	Pág. 78
Tabela 20 - Recomendações para combater a Exploração do Trabalho infantil na cadeia produtiva do açaí	Pág. 81
Tabela 21 - Criação de uma política de preço mínimo	Pág. 84
Tabela 22 - Recomendações Consolidadas sobre a organização dos batedores e comerciantes	Pág. 88
Tabela 23 - Recomendações Consolidadas sobre Infraestrutura e Logística da Comercialização	Pág. 89
Tabela 24 - Recomendações sobre qualidade, rastreabilidade e valorização do açaí no mercado	Pág. 90
Tabela 25 – Recomendações consolidadas sobre Políticas Públicas de Apoio à Comercialização	Pág. 91
Tabela 26 – Recomendações Técnicas Nutrição e Segurança Alimentar e Relação com os ODS	Pág. 96

ANEXOS 1

Nº	EMENTA
1	Instrução Normativa SESAN/MDS nº 37/2024 Estabelece critérios e procedimentos para a pactuação de metas de execução do Programa Fomento Rural, no âmbito da adesão dos estados ao programa
2	Decreto nº 11.583/2023 Altera o <u>Decreto nº 9.221</u> , de 6 de dezembro de 2017, que regulamenta a <u>Lei nº 12.512</u> , de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
3	Portaria MDS nº 95/2023 Estabelece diretrizes para a execução do Programa Fomento Rural, detalhando procedimentos para adesão e operacionalização pelas unidades federativas
4	Projeto de Lei nº 996/21 Altera o art. 1º, da Lei 11.675, de 19 de maio de 2008, para designar o açaí, fruto do açaizeiro (<i>Euterpe oleracea</i>), como fruta nacional
5	Lei nº 14.026 de julho de 2020 Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a <u>Lei nº 9.984</u> , de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a <u>Lei nº 10.768</u> , de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a <u>Lei nº 11.107</u> , de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o <u>art. 175 da Constituição Federal</u> , a <u>Lei nº 11.445</u> , de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a <u>Lei nº 12.305</u> , de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a <u>Lei nº 13.089</u> , de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a <u>Lei nº 13.529</u> , de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

6	Lei no 12.188 de 11 de janeiro de 2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências
7	<u>Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006</u>	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

ANEXOS 2

Nº	EMENTA
1	Lei nº 11.140 de 3 de setembro de 2025 Dispõe sobre a caracterização do batedor(a) artesanal de açaí, as formas de congelamento e armazenamento da polpa de açaí pelo batedor(a) artesanal de açaí para a comercialização no Estado do Pará; altera a Lei Estadual Nº 7565/2011
2	Lei nº 10.510, de 7 de maio de 2024 Institui o Programa de Incentivo à Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará (Programa IG e Marcas Pará), vinculado à SEDAP, e cria o Conselho Estadual do referido programa
3	Instrução Normativa nº 005/2022 – SMA São Miguel do Guamá (7 de março de 2022) Define o regulamento técnico para padrões de identidade e qualidade do açaí e boas práticas de beneficiamento no município



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

4	Portaria ADEPARÁ nº 2.789, de 4 de setembro de 2020	Estabelece normas para o trânsito de açaí no estado, visando controle e rastreabilidade
5	Lei Estadual nº 8.519, de 31 de julho de 2017	Institui o Dia Estadual do Açaí , a ser comemorado em 5 de setembro
6	Decreto Estadual nº 326, de 20 de janeiro de 2012	Estabelece requisitos higiênico-sanitários para a manipulação de açaí e bacaba por batedores artesanais, visando prevenir surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA)
	Instrução Normativa nº 9, de 30 de dezembro de 2023	Dispõe sobre a criação da Declaração Ambiental e sobre do Relatório Ambiental Anual, como atos autorizativos e instrumentos simplificados de controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açaí, realizados em florestas nativas de várzeas por populações agroextrativistas no Estado do Pará, e dá outras providências
7	Lei Estadual nº 7.565, de 25 de outubro de 2011	Regulamenta a comercialização de produtos artesanais, fundamental para legalizar a produção artesanal e familiar de açaí
8	Decreto Estadual nº 250, de 13 de outubro de 2011	Altera dispositivos do <u>Decreto nº 2.475, de 10 de setembro de 2010</u> , que dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí, e dá outras providências
9	Lei Estadual nº 7.392, de 7 de abril de 2010	Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Pará



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR, DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS - CDHDC

10	Decreto nº 106 de 20/06/2011	<i>Aprova o Regulamento da Lei nº 7.392, de 7 de abril de 2010, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.</i>
11	Lei Estadual nº 7.093, de 31 de dezembro de 2008	Institui o Programa de Aceleramento e Consolidação da Cacauicultura no Estado do Pará e cria o Fundo de Apoio à Cacauicultura – FUNCACAU.